UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ana Carolina de Araujo Marson

**Opinião pública e política externa brasileira:
a participação do Brasil na Conferência de Punta del Este de
janeiro de 1962**

São Paulo
2016

Ana Carolina de Araujo Marson

**Opinião pública e política externa brasileira:
a participação do Brasil na Conferência de Punta del Este de
janeiro de 1962**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Pereira Loureiro

Versão corrigida.

A versão original se encontra disponível na Biblioteca do Instituto de Relações Internacionais e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, documentos impresso e eletrônico.

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Marson, Ana Carolina de Araujo
Opinião pública e política externa brasileira: a participação do Brasil na Conferência de Punta del Este de janeiro de 1962 / Ana Carolina de Araujo Marson. -- Orientador(a) Prof. Dr. Felipe Pereira Loureiro. São Paulo: 2016.
99f.

Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. Instituto de Relações Internacionais.

1. Relações exteriores (História) - Brasil 2. Relações internacionais (História) - Brasil 3. Política externa – Brasil I. Loureiro, Felipe Pereira. II. Opinião pública e política externa brasileira: a participação do Brasil na Conferência de Punta del Este de janeiro de 1962.

Agradecimentos

O desenvolvimento desse trabalho só foi possível graças ao apoio e auxílio de algumas pessoas que merecem ser mencionadas e agradecidas. Primeiramente agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Felipe Pereira Loureiro, por sua excepcional orientação e pela sua participação ao longo da pesquisa. Agradeço pelas suas palavras firmes e confiança que me guiaram durante os momentos de dúvida, além de seu auxílio e paciência, essenciais ao meu desenvolvimento acadêmico.

Agradeço também aos professores e funcionários da pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais da USP, que me sempre auxiliaram quando precisei.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que assessoraram minha pesquisa no arquivo.

Agradeço à Giulienne Caleffo e à Raquel Rocha por me incentivarem a seguir em frente com a vida acadêmica. Sem o apoio de vocês eu não estaria na academia hoje. Ao Daniel Felipini agradeço pela amizade, paciência e pelas longas conversas sobre a pesquisa.

Agradeço ao Diego Bassani por seu incondicional apoio e paciência em todos os meus momentos de dúvida, inquietude e insegurança ao longo do processo. Sua eterna calma e paciência foram essenciais nos momentos decisivos da pesquisa.

Agradeço por último à minha querida família. Ao meu pai e seu amor incondicional que, mesmo compreendendo pouco do mestrado, sempre esteve ao meu lado quando precisei. Aos meus irmãos por, mesmo à distância, sempre estarem ao meu lado e me incentivarem. E especialmente à minha mãe, por ser a minha certeza em meio a todas as dúvidas e inseguranças ao longo do caminho.

Resumo

Este trabalho visa compreender como a opinião pública brasileira, via opinião publicada e pesquisas de opinião pública, manifestou-se sobre a atuação do país na VIII Reunião dos Ministros das Relações Exteriores Americanos (VIII RMRE), realizada em Punta del Este, Uruguai, em janeiro de 1962, mais conhecida como Conferência de Punta del Este. Este encontro é significativo porque culminou com a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), sob pressão dos Estados Unidos. O Brasil destacou-se por liderar um bloco de países que se opôs à expulsão de Cuba, baseado no princípio da autodeterminação dos povos. Apesar de existirem autores que apontam a Conferência de Punta del Este como tendo sido o primeiro evento que teria mobilizado massivamente a opinião pública brasileira para um tópico de política externa, não há estudos específicos sobre o tema. Este estudo analisa a cobertura de três jornais de circulação nacional (Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo e Última Hora), entre novembro de 1961 a março de 1962, e pesquisas de opinião do IBOPE do mesmo período para compreender de que maneira a opinião pública manifestou-se a respeito da participação do Brasil na Conferência. Os resultados encontrados apontam para um apoio majoritário à política externa brasileira, tanto por parte dos jornais selecionados, quanto da opinião pública.

Palavras-chave: opinião pública, política externa, Conferência de Punta del Este, Política Externa Independente, Cuba

Abstract

This work seeks to comprehend how the Brazilian public opinion, through the press and public opinion pools, manifested itself about Brazil's participation in the Eighth Meeting of Consultation of Ministers of Foreign Affairs that was held in Punta del Este, Uruguay, in January 1962, better known as the Punta del Este Conference. This was a decisive meeting because it culminated in the expulsion of Cuba from the Organization of American States (OAS), given the pressure of the United States. Brazil distinguished himself for leading a group of countries against Cuba's expulsion, based on the principle of self-determination. Although there are authors that believe the Punta del Este Conference as being the first event to massively mobilize the Brazilian public opinion to discuss a foreign policy issue, there are no specific studies about the theme. This study analysis the coverage of three newspapers of national circulation (Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo and Última Hora) between November 1961 and March 1962 and public opinion pools of the same period to understand how the public opinion has expressed itself about Brazil's participation in the Conference. The results point to a support for Brazil's foreign policy, from both the selected periodicals and public opinion.

Keywords: Public Opinion, Foreign Policy, Punta del Este Conference, Independent Foreign Policy, Cuba

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Opinião pública em cidades brasileiras selecionadas sobre a posição do governo brasileiro diante do regime implementado por Fidel Castro em Cuba, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, Janeiro e Fevereiro, 1962 (em %)	49
Tabela 2 – Opinião pública em cidades brasileiras selecionadas sobre a posição do governo brasileiro diante do regime implementado por Fidel Castro em Cuba, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, por substrato, Janeiro e Fevereiro, 1962 (em %)	51
Tabela 3 – Opinião pública em cidades brasileiras selecionadas sobre o restabelecimento de relações diplomáticas com a Rússia por parte do governo brasileiro, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, Janeiro e Fevereiro, 1962 (em %) ..	53
Tabela 4 – Opinião pública em cidades brasileiras selecionadas sobre o restabelecimento de relações diplomáticas com a Rússia por parte do governo brasileiro, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, Janeiro e Fevereiro, 1962 (em %) ..	54
Tabela 5 – Opinião pública em cidades brasileiras selecionadas sobre o governo de Fidel Castro representar uma ameaça ao continente, Rio de Janeiro e São Paulo, por categoria socioeconômica, Janeiro de 1961 (em %) ..	56
Tabela 6 – Opinião pública em cidades brasileiras selecionadas sobre o governo de Fidel Castro representar uma ameaça ao continente, Rio de Janeiro e São Paulo, por grau de instrução, Janeiro de 1961 (em %) ..	59
Tabela 7 – Opinião pública em cidades brasileiras selecionadas sobre o governo de Fidel Castro representar uma ameaça ao continente, Rio de Janeiro e São Paulo, por categoria socioeconômica, Março de 1961 (em %) ..	60
Tabela 8 – Opinião pública em cidades brasileiras selecionadas sobre o governo de Fidel Castro representar uma ameaça ao continente, Rio de Janeiro e São Paulo, por grau de instrução, Março de 1961 (em %) ..	61
Tabela 9 – Opinião pública em cidades brasileiras selecionadas sobre a participação do governo brasileiro em uma ação conjunta contra Cuba, Rio de Janeiro e São Paulo, por substrato, Março de 1961 (em %) ..	63
Tabela A1 – Variáveis de opinião publicada extraídas do jornal <i>O Estado de São Paulo</i> , nov. 1961 – março 1962 ..	71
Tabela A2 – Variáveis de opinião publicada extraídas do <i>Jornal do Brasil</i> , nov. 1961 – março 1962 ..	75
Tabela A3 - Variáveis de opinião publicada extraídas do jornal <i>Última Hora</i> , nov. 1961 – março 1962.....	79

Tabela A4 – Lista com as notações das pesquisas do IBOPE.....	83
Tabela A5 – Lista de adjetivos encontrados nas reportagens	84

Lista de Siglas

AEL	Arquivo Edgard Leuenroth
PE	Pesquisa Especial
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
ICFTU	International Confederation of Free Trade Unions
INESE	Instituto de Estudos Sociais e Econômicos
JID	Junta Interamericana de Defesa
MR	Microfilme
OEA	Organização dos Estados Americanos
ORIT	Organização Regional Interamericana de Trabalhadores
PEI	Política Externa Independente
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RI	Relações Internacionais
RMRE	Reunião dos Ministros das Relações Exteriores
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UNICAMP	Universidade de Campinas
USIA	United States Information Agency
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Sumário

Introdução	1
1. Abordagem teórico-metodológica e fontes	12
2. Opinião publicada e a Conferência de Punta del Este	23
2.1. Opinião publicada e as personalidades da Conferência	26
2.2 – Opinião publicada e os países envolvidos	38
2.3 – Opinião publicada e os momentos da Conferência	42
2.4 – Considerações gerais sobre a opinião publicada	46
3. Opinião pública e a Conferência de Punta del Este	51
4. Conclusão	69
Referências Bibliográficas	72
Apêndice	76

Introdução

O início da década de 1960 foi um período crucial para a história brasileira. Dificuldades na economia, impasses políticos e crescente participação de movimentos sociais na arena pública marcaram as presidências de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964). A elevada dívida externa legada pela administração Kubitschek (1956-1961), que totalizava dois bilhões de dólares, somada ao aumento da inflação e à deterioração da balança comercial, dificultava a obtenção de novos empréstimos no mercado internacional (Skidmore 1988, 240). Na arena política a situação era tão instável quanto na economia. Após sete meses de governo, Jânio Quadros renunciou à Presidência em agosto de 1961, abrindo forte crise política. Parte dos ministros militares buscou impedir a posse do Vice-Presidente, João Goulart, identificado com posições à esquerda do espectro político (Skidmore 1988, 252). A posse de Jango foi possível devido a um compromisso que instalou um regime parlamentarista, que teria curta duração, porém, já que um plebiscito em janeiro de 1963 restauraria o presidencialismo. Acadêmicos destacam ainda a intensificação dos conflitos sociais, que, para alguns, teria atingido níveis inéditos, vide a incidência de greves no período (Loureiro, 2016).¹

A primeira metade dos anos 1960 também foi um momento fundamental para a história da política externa brasileira. Estudiosos reconhecem que os governos Quadros e Goulart teriam imprimido uma mudança no âmbito da política externa que, apesar de ter sido temporariamente revertida após o golpe militar de 1964, deixaria

¹ Para mais informações sobre a conjuntura brasileira nos anos 1960 ver Ferreira (2011, cap 4-6) e Ferreira e Gomes (2007, cap. 4 e 5).

marcas importantes na inserção internacional brasileira (Storrs 1973, Manzur 2009).²

A chamada ‘Política Externa Independente’ (PEI), embrionada durante a campanha eleitoral de Jânio Quadros e desenvolvida em seu curto mandato presidencial (janeiro a agosto de 1961), era uma política que se pretendia de cunho mais independentista em relação aos Estados Unidos. Isso significava melhorar as relações brasileiras com países socialistas e estabelecer laços com países recém-independentes, principalmente com países africanos (Storrs 1973, 252).

A PEI reiterava os princípios da autodeterminação e da não-intervenção. Autoridades do governo brasileiro argumentavam que para desempenhar um papel maior na política internacional em busca da paz, seria necessário estreitar relações diplomáticas com países socialistas, inclusive com a União Soviética, cujas relações tinham sido interrompidas durante o governo Dutra em 1947 (Skidmore 1988, 245; Dantas 1962, 7). Isso também proporcionaria uma chance de o país ampliar seu mercado externo, o que era visto como fundamental, dadas as dificuldades econômicas nacionais. (Loureiro 2017, cap. 1). Exemplos de resultados da PEI são o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética em novembro de 1961 e o restabelecimento de laços com países da Europa Oriental, como Albânia, Bulgária, Hungria e Romênia (Manzur 2009, 173).³

Nesse contexto, a atuação brasileira na VIII Reunião dos Ministros das Relações Exteriores Americanos (VIII RMRE), mais conhecida como Conferência de Punta del Este, Uruguai, em janeiro de 1962, foi um marco para a política externa do

² Estudiosos reconhecem que mudanças no âmbito da política externa já vinham aparecendo no final do governo de Juscelino Kubitschek, apesar de que as principais rupturas teriam se dado na gestão Quadros.

³ Além de fomentar a ampliação das relações comerciais brasileiras, a Política Externa Independente apoiava políticas anticolonialistas, pregava uma participação mais ativa do país nos foros internacionais, reafirmava a compatibilidade brasileira com o sistema interamericano e defendia o desarmamento internacional, reiterando sua propensão à mecanismos conciliatórios (Manzur 2009, 81-82). Para maiores informações sobre a PEI ver Bandeira (1979: cap. 9) e Quadros (1961, 150-156).

país. No início dos anos 1960, Cuba havia se tornado, juntamente com Berlim Ocidental, uma das principais preocupações norte-americanas. Apesar de Washington e Moscou terem iniciado um processo de aproximação no final da década de 1950, a presença de um país comunista no hemisfério Ocidental era considerada inadmissível pelo governo Kennedy (Weaver 2014, 142). Dessa forma, sustentada pelos Estados Unidos, a Colômbia solicitou ao Conselho da Organização dos Estados Americanos (OEA) uma reunião de consulta, conforme previsto no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar) (Neto 2005, 2).⁴ Essa reunião tinha como objetivo forçar uma definição por parte de Cuba quanto à sua vinculação com o sistema pan-americano (Azevedo 2014, 45). Estava implícito nessa solicitação o princípio de que um país comunista (Fidel havia acabado de declarar a revolução como “comunista”, em dezembro de 1961) não seria considerado adequado para o hemisfério.⁵

Aprovada a solicitação colombiana, a Conferência de Punta del Este iniciou-se em 22 de janeiro de 1962 a fim de analisar “ameaças à paz e à independência política dos Estados Americanos que (pudessem) surgir de intervenções extracontinentais”.⁶ Durante o evento os países-membros da OEA dividiram-se em dois grupos: um liderado pelos Estados Unidos, e composto sobretudo pelos países da América Central, vizinhos de Cuba, demandou sanções diplomáticas e econômicas contra a ilha; já o segundo, liderado sobretudo pelo Brasil, foi contrário a sanções e buscou uma solução diplomática. Para sustentar a ideia da ilegalidade das sanções, Brasília baseou-se no princípio de autodeterminação dos povos, ou seja, no direito que cada

⁴ O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), ou Tratado do Rio de Janeiro, foi um acordo firmado em 1947 estabelecendo o mecanismo de defesa coletiva das Américas. Um ataque contra um de seus membros seria considerado um ataque a todos os outros. Para maiores informações ver verbete sobre o Tiar no Dicionário online do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tratado-interamericano-de-assistencia-reciproca-tiar>>. Acesso em 25/07/2016.

⁵ Para mais informações sobre a Conferência de Punta del Este ver Prado Jr (1961, 9-17).

⁶ Ata final da VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores. Disponível em: <<https://www.oas.org/columbus/docs/MRE8Port.pdf>>, Acesso em 02/08/2016.

povo possui de escolher a forma de governo e de organização social que melhor lhe convém, sem intervenção externa (Storrs 1973, 189). Em termos práticos, o Brasil propôs a “finlandização de Cuba”, isto é, transformar o país em um Estado geopoliticamente neutro na Guerra Fria por meio de um acordo de obrigações negativas, tal como a Finlândia havia feito em 1948, no contexto da Guerra Fria europeia.⁷ Ao final da conferência, entretanto, decidiu-se pela expulsão de Cuba tanto da OEA quanto da Junta Interamericana de Defesa (JID).⁸ Esse foi um desenrolar importante, uma vez que se deu sem base na Carta da Organização, que não previa a expulsão de membros. Isso sem contar que a decisão foi tomada sem o apoio dos maiores Estados da América Latina: Argentina, Brasil, Chile e México abstiveram-se na votação, fazendo com que a expulsão de Cuba da OEA fosse aprovada por quatorze votos – o mínimo necessário (Neto 2005, 2; Weis 2001, 334).

Quando do pedido colombiano pela convocação de uma conferência de consulta na OEA sobre a situação cubana, em 10 de novembro de 1961, o Brasil já sinalizava sua contrariedade para a realização de tal reunião. A partir de então o chefe da chancelaria brasileira, San Tiago Dantas, deu início a uma série de consultas com as mais altas autoridades dos países latino americanos para tratar da questão cubana. Em 14 de novembro de 1961, San Tiago Dantas viajou para a Argentina para tratar de acordos complementares entre ambas nações e buscar apoio à sua posição em relação a Cuba. Dantas acreditava que o Brasil não deveria romper com a Ilha, mas sim, manter-se no debate sobre essa questão e não entregá-la às grandes potências.⁹

⁷ Deve-se ressaltar a neutralidade nesse caso implicava na Finlândia não assinar nenhum acordo econômico ou militar com o bloco soviético ou com os Estados Unidos (Avila 2011, 60).

⁸ O tratado de obrigações negativas possibilitava a Cuba o direito de autodeterminação, contanto que ela não assumisse uma aliança militar com poderes extracontinentais hostis (Storrs 1973, 318).

⁹ O Estado de São Paulo (a seguir OESP), Dantas espera apoio argentino a posição do Brasil sobre Cuba, 14 novembro 1961, contracapa.

Nos dias seguintes outros países latino-americanos começaram a se mostrar contrários à realização da conferência, embrionando então o grupo que se posicionaria em oposição a todo o processo – Brasil, Argentina, Chile e México. Então, em 6 de dezembro de 1961, quando a proposta colombiana pela conferência foi levada a votação, o Brasil demonstrou os primeiros traços da linha de política externa que seguiria nesse processo, ao abster-se, juntamente com Chile e Equador. Essa tendência começaria a tomar forma três dias mais tarde através de uma declaração conjunta Brasil e Uruguai na qual além de reafirmarem sua oposição à realização da conferência, mencionariam pela primeira vez o princípio da autodeterminação.¹⁰

No final de dezembro de 1961, San Tiago Dantas afirmou que a posição do Brasil em relação ao caso cubano seria a de defesa dos princípios de não-intervenção e autodeterminação. O chanceler defendia em ações que trouxessem Cuba de volta à prática integral da democracia; dessa forma, o Brasil propôs a institucionalização da situação cubana. Dantas esperava criar um esquema jurídico que permitisse a absorção das então divergências entre os países americanos, sem incorrer em riscos para a segurança do hemisfério. Ele também afirmou acreditar que nenhuma decisão tomada em Punta del Este seria alcançada através da maioria convencional.¹¹

Após a definição do posicionamento brasileiro, Dantas expôs tal posição aos embaixadores dos demais países americanos, declarando que o Brasil se manteria fiel aos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos. Afirmou o chanceler estar resolvido a uma solução enérgica por vias diplomáticas, sendo o Brasil contrário, inclusive, a sanções econômicas contra Cuba. Dantas esperava encontrar uma solução harmoniosa em Punta del Este. Então, no dia 20 de janeiro de 1962, o chanceler

¹⁰ O Jornal do Brasil (a seguir OJB), Acordo Goulart-Haedo pela não-intervenção, 09 dezembro 1961, capa.

¹¹ OESP, Brasil proporá a “institucionalização” da situação de Cuba, 12 janeiro 1962, contracapa.

embarcou para o Uruguai a caminho da Conferência, onde manteve suas reuniões de consulta com os representantes dos demais países americanos.¹²

O início da Conferência estava marcado para o dia 22 de janeiro; no entanto, a pedido da delegação brasileira sua primeira seção foi adiada por 24 horas. San Tiago Dantas acreditava ainda serem necessárias algumas consultas entre as nações americanas. Após iniciados os trabalhos da VIII RMRE, Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Haiti e México afirmam que votariam contra qualquer medida de caráter punitivo com relação à Cuba. Juntamente com a Argentina, o Brasil começou a estudar um novo plano de ação a fim de condenar o comunismo no hemisfério. No meio da conferência o Brasil já despontava como líder do grupo que, embasado nos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos, defendia medidas mais brandas para Cuba. Ao longo de toda a reunião de ministros o Brasil manteve sua posição firme em relação a esses princípios, de maneira que, ao ver como os debates iam se encaminhando, Dantas reafirmou a contrariedade brasileira aos rumos que a Conferência tomava.¹³ Assim, quando o plano dos Estados Unidos de expulsar Cuba da OEA foi levado à votação, o Brasil, em conjunto com Argentina, Bolívia, Chile, Equador e México, absteve-se.¹⁴

Estudiosos apontam que a Conferência de Punta del Este teria sido a primeira vez em que a opinião pública brasileira teria se manifestado massivamente sobre um assunto de política externa. Nesse contexto, de acordo com alguns autores, a sociedade brasileira teria começado a se polarizar em dois grandes grupos: os liberais

¹² OESP, San Tiago expõe aos embaixadores a Tese do Brasil sobre Cuba, 13 janeiro 1962, contracapa.

¹³ O Brasil acreditava que a expulsão de Cuba do sistema interamericano abriria um antecedente perigoso, visto que, segundo Ilmar Penna Marinho, “[...] um diploma internacional desse tipo [que viesse a contemplar explicitamente a possibilidade de exclusão] teria, inclusive, a vantagem de impedir que, encorajada com o perigoso precedente cubano, a OEA, se venha arrogar, mais tarde, o papel de fiscal da situação política de cada país americano, violando, destarte, os princípios fundamentais de não intervenção e autodeterminação dos povos.” (Bezerra *Apud* Manzur 2014, 189).

¹⁴ Última Hora (a seguir UH), Unidade da OEA contra comunismo e divergência sobre expulsão de Cuba, 31 janeiro 1962, capa.

e os independentistas (ou “liberal-associacionistas” e “universal-independentistas”, respectivamente, conforme terminologia usada por Manzur).¹⁵ Ambos se manifestavam sobre o modo pela qual a inserção do Brasil no cenário internacional deveria ocorrer. Os liberais eram favoráveis ao capital estrangeiro como base para o desenvolvimento industrial e acreditavam, para tanto, em uma relação mais próxima com os Estados Unidos; já os independentistas criticavam o investimento externo e defendiam o desenvolvimento econômico autônomo, para além de relações próximas com países socialistas e do Terceiro Mundo (Manzur 2009, 85; Cervo 2008, 17).

Com relação especificamente à questão cubana, os independentistas, ainda conforme Manzur, teriam se posicionado a favor de Cuba, enquanto os liberais teriam apoiado a posição dos Estados Unidos. A autora sustenta que os independentistas seriam contrários a qualquer solução coercitiva contra Cuba; para eles, o país deveria exercer sua soberania e seu direito de autodeterminação, visto que a violação desse direito representaria uma ameaça a todos os povos da América Latina. Os liberais, por sua vez, seriam favoráveis à intervenção norte-americana na Ilha para garantir a segurança e a paz do continente (Manzur 2009, 140-141). Manzur ainda argumenta que seria essencial estudar os movimentos das correntes de opinião nacional durante o período Quadros-Goulart, já que essas correntes de opinião, vastamente fragmentadas em momentos anteriores, teriam se polarizado, tornando-se um dos principais fatores para o fim da democracia em março de 1964 (Manzur 2009, 83). A polarização em torno da posição do Brasil na Conferência de Punta del Este, por exemplo, teria representado um episódio importante nesse sentido.

¹⁵ Segundo Manzur durante os mandatos de Jânio Quadros e João Goulart as tendências de opinião pública estariam divididas em quatro grupos: os liberal-associacionistas, os liberal-nacionalistas, os universal-independentistas e os radical-nacionalistas. A autora afirma ainda que, ao longo do período 1961-1964, essas correntes tiveram que se adaptar à realidade nacional do período, o que as teria levado a um gradual processo de polarização em duas macrotendências localizadas em pontos opostos do espectro político, a saber: o liberal-associacionismo e o universal-independentismo. Para maiores informações sobre a classificação das correntes de opinião utilizada pela autora, ver Manzur (2009, 88).

Esta dissertação utiliza o tema da atuação brasileira na Conferência de Punta del Este para refletir sobre as relações entre opinião pública e política externa no período Goulart. Compreender essa relação é relevante na medida em que poucos autores debruçaram-se sobre o tema, sendo que os poucos trabalhos produzidos apresentam limitações. O período em questão foi crucial para a política externa brasileira e entender a maneira como a opinião pública recebeu essa diversificação na linha tradicionalista que o Brasil seguia até aquele momento pode lançar luz sobre movimentações atuais da opinião pública. A recente retomada de relações diplomáticas entre Cuba e os Estados Unidos é outro fator que traz à superfície as relações interamericanas e a Conferência em pauta. De modo geral, com exceção de Manzur (2009), estudiosos não deixam claro o que entendem por opinião pública, como esta teria se manifestado, qual seu poder sobre formuladores de política e, em específico, quais teriam sido suas principais posições sobre a atuação brasileira na Conferência de Punta del Este.¹⁶ É nesse contexto, portanto, que este estudo pretende contribuir para o debate sobre a relação entre opinião pública e política externa em um momento-chave da história política brasileira, analisando o modo pelo qual as opiniões pública e publicada do país – essa manifestada via imprensa nacional – posicionaram-se sobre a atuação do governo brasileiro na Conferência de Punta del Este de janeiro de 1962.¹⁷

Duas delimitações são importantes para o desenvolvimento do trabalho: o conceito de opinião pública e a escolha do recorte cronológico. Para além de retratos

¹⁶ Manzur define opinião pública como “o conjunto de diferentes correntes de pensamento expressas em uma localidade, em determinado período, acerca de uma ou mais temáticas, correntes essas que revelam percepções, visões de mundo, conceitos e preconceitos, ideias e ideologias. Para ser opinião pública, ela deve ter vindo a público, ou ter sido publicada, na medida em que não se pode aferir opiniões não reveladas. Também não se trata das idiossincrasias de indivíduos, já que uma corrente de pensamento não pode ser mensurada pela individualidade, mas pelo coletivo.” (Manzur 2009, 29).

¹⁷ Para mais informações sobre a posição do Brasil na Conferência de Punta del Este, ver Amoroso Lima (1962, 5-16).

da opinião pública brasileira, acessados via pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE) sobre assuntos de política externa entre os anos de 1961 e 1962, focamos também em formas de manifestação da opinião pública que julgamos fundamentais para refletir sobre o objeto – no caso, uma parcela que chamamos de opinião publicada, em particular três jornais de circulação nacional do período (*Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo* e *Última Hora*). A escolha dos periódicos deu-se não somente em razão da variância de suas linhas editoriais (moderada, conservadora e esquerdista, respectivamente), mas também devido à sua heterogeneidade regional (cidades de São Paulo e Rio de Janeiro). Nesse sentido, os jornais selecionados não podem ser considerados representativos do universo da população de jornais brasileiros do período, dado que a grande maioria destes provavelmente apresentava posições políticas de cunho mais conservador. Buscou-se, assim, escolher periódicos que fossem representativos de diferentes opiniões políticas dentro da sociedade, a fim de verificar como essas opiniões publicadas se posicionaram diante do tema da Conferência de Punta del Este.

Com relação ao período analisado, por sua vez, decidiu-se delimitá-lo entre novembro de 1961, quando a proposta colombiana para uma conferência de consulta interamericana foi aceita, e março de 1962, quando o presidente João Goulart viajou para os Estados Unidos, marcando o primeiro grande evento de política externa brasileira após a Conferência e, portanto, quando o foco da imprensa brasileira sobre política externa mudou.¹⁸

Sabe-se que a imprensa não pode ser tomada como sinônimo de opinião pública – daí, inclusive, o porquê de preferirmos usar o termo “opinião publicada”. No entanto, dada a escassez de pesquisas de opinião sobre política externa durante o

¹⁸ Sobre a viagem de Goulart aos Estados Unidos, ver Skidmore (1988, 265).

governo Goulart, e tendo em vista o papel da mídia na moldagem da opinião pública, considera-se que tal abordagem tem o potencial de complementar (mesmo que de modo limitado) as pesquisas de opinião (Akor 2001, 36). Pode-se, com isso, traçar um paralelo entre os resultados encontrados na análise dessas pesquisas e a análise dos jornais a fim de verificar até que ponto existiria similaridade entre ambos.

Embasando-se na literatura que argumenta em prol da existência de uma forte relação entre política externa e opinião pública, esta dissertação faz um estudo minucioso de todas as notícias e editoriais sobre a Conferência de Punta del Este presentes nos jornais selecionados, analisando os principais personagens políticos e países envolvidos no caso. Os dados encontrados nas pesquisas do IBOPE serão avaliados e comparados com os resultados do estudo das reportagens coletadas. Esses valores serão ainda confrontados com dados da pesquisa de outros estudiosos na tentativa de compreender melhor a opinião pública do período. A análise das fontes primárias deixou clara, como se verá, uma similaridade entre a realidade apresentada pelos jornais selecionados e àquela demonstrada pelas pesquisas do IBOPE. Tanto a opinião publicada selecionada quanto as pesquisas de opinião pública apontaram para um menor grau de polarização na sociedade sobre temas de política externa e um considerável apoio social à uma política de neutralidade – que interpretamos como uma *proxy* para apoio à Política Externa Independente (PEI). Nesse sentido, observou-se que, durante o período da Conferência, ambas teriam se mostrado mais favoráveis que contrárias à posição adotada pelo governo.

Esse trabalho é composto por quatro seções, além da introdução. A primeira parte apresenta a abordagem teórico metodológica e as fontes utilizadas na pesquisa, avaliando as principais correntes interpretativas de análise de política externa e opinião pública, além de explicitar quais correntes teóricas deram base ao nosso

trabalho. Também são abordadas aqui as metodologias empregadas para a análise das reportagens e das pesquisas do IBOPE. A segunda seção, por sua vez, apresenta o estudo realizado nas notícias e editoriais dos três jornais comerciais selecionados. A terceira seção traz os dados das pesquisas de opinião do IBOPE, confrontando-os com dados de outras pesquisas secundárias e com os resultados da seção anterior. Por fim, a quarta seção apresenta as conclusões do trabalho.

1. Abordagem teórico-metodológica e fontes

Acadêmicos indicam a existência de duas grandes fases interpretativas para a análise de política externa, principalmente norte americana, em termos de opinião pública. A primeira fase, que teria se desenvolvido até a década de 1960, quando a teoria realista era hegemônica em estudos sobre Relações Internacionais (RI), argumentava que a opinião pública seria ignorante (e/ou inconstante) para influenciar a formulação de política externa. Já a segunda fase, que teria surgido a partir do final da década de 1960, sob impacto da Guerra do Vietnã, e quando uma vertente liberal nos Estados Unidos estava se fortalecendo, passou a argumentar que, ao contrário, a opinião pública seria sólida e coerente em relação a assuntos internacionais (Holsti 2004, 2).

Da literatura utilizada para a análise, nós nos valeremos, sobretudo, dos trabalhos com foco no estudo do impacto da opinião pública em regimes democráticos. Uma das obras mais influentes nesse sentido questiona o papel da opinião pública na condução da política externa, em particular nos Estados Unidos (Holsti 2004). Buscando compreender se a opinião pública teria sido um obstáculo para definição do interesse nacional, o autor pergunta-se se o público em países democráticos teria atrapalhado ou não a busca de objetivos condizentes a tal interesse. Um exemplo residiria no setor militar: será que a opinião pública, por um senso de imediatismo, pode ter atrapalhado ações militares que tendiam a levar um tempo maior para produzir resultados? É dentro desses parâmetros que autores buscam compreender como teria se dado a relação entre opinião pública e política externa (Holsti 2004, 2).

Em termos gerais, Holsti conclui que a opinião pública é uma força importante, e que ela tende a tornar-se mais forte ao longo do tempo em regimes

democráticos. O autor argumenta, no entanto, que tal aspecto constituiria uma hipótese a ser testada em democracias e não um fato estabelecido *a priori*. Holsti aponta para a existência de alguns estudos correlacionais relevantes que teriam demonstrado que, em muitos casos, mudanças políticas teriam sido acompanhadas de alterações em posicionamentos da opinião pública em países democráticos. Segundo o autor, um dos motivos pelos quais a opinião pública teria se tornado uma força relevante nos últimos anos teria sido o acentuado aumento de fontes de informação à disposição do público. Conclui-se ainda que a opinião pública poderia mudar o equilíbrio a favor de uma determinada política, ou até mesmo excluir outras que fossem desaprovadas pela sociedade (Holsti 2004, 301).

Foyle, por sua vez, outro estudioso importante que trata do tema, destaca as condições por meio das quais a opinião pública teria influência sobre a tomada de decisão de política externa em democracias. O autor conclui que essa influência variaria segundo alguns fatores, como o tipo de questão sob consideração (militar, econômica, cultural) e, em particular, o período da decisão (momentos de força ou de fraqueza do governo, período eleitoral, e assim por diante). Foyle também apresenta alguns estudos que, empregando análises empíricas, buscaram compreender o grau de relação entre opinião pública e política externa.

Exemplo nesse sentido é o trabalho de Page e Shapiro, que mostrou que teria havido um elevado nível de congruência entre as mudanças da opinião pública e as modificações da linha de política externa norte-americana nos anos 1990, concluindo ainda que a relação de influência teria sido mais forte no sentido da opinião pública para a política externa do que o contrário. Outro exemplo é a obra de Monroe que, estudando a opinião pública norte-americana, encontrou um alto grau de consistência (92%) entre opinião pública e política externa. Em tópicos mais específicos, Hartley e

Russet observaram que a opinião pública nos Estados Unidos teria exercido uma influência maior sobre as questões relacionadas a gastos com defesa, sendo que Hinckley e Powlick encontraram uma sensibilidade crescente dos oficiais do governo em relação aos posicionamentos da opinião pública (Foyle 1997, 142).

Focando seu estudo no papel do *policymaker*, Foyle argumenta que a extensão da influência que a opinião pública exerce sobre política externa seria determinada pelo tamanho da interação que o *decision maker* acredita que exista entre elas. Mesmo trazendo um enfoque diferente para sua análise, Foyle também conclui que a opinião pública pode desempenhar um importante papel balizador nas escolhas de política externa (Foyle 1997, 42). O autor defende que a chamada literatura “revisionista” tenha abalado as estruturas da visão realista na medida em que teria comprovado, por meio de análises quantitativas, que a opinião pública seria, sim, estruturada e estável, e que sua influência na política externa seria bem maior do que autores de tradição realista advogavam. Miroslav Nincic, assim como Foyle, discorre sobre os *policymakers*, destacando que eles se preocupariam mais com a reação e opinião da sociedade na formulação de política externa em períodos de baixa popularidade presidencial ou em anos eleitorais (Nincic 1992, 775).

De forma semelhante, Thomas Graham aponta a influência da opinião pública como dependente de componentes situacionais. Em sua pesquisa sobre a política de controle de armas do período das administrações Truman a Reagan (1945-1989), Graham encontrou uma considerável influência da opinião pública ao longo tempo. Assinalou, contudo, que teria havido uma grande variação em termos do nível dessa influência que se dava de acordo com o consenso do público em relação à política armamentista e ao estágio no qual ela se encontrava – formulação ou implementação. Por meio desse estudo, Graham delimitou quatro condições que afetariam a influência

da opinião pública nas questões de política externa. Segundo o autor, haveria, primeiramente, o nível de apoio do público a uma determinada política, que variaria entre pouca e muita influência – caso menos de 50% e mais de 80% da população fosse a favor de uma determinada política, respectivamente. Em segundo lugar, viria a efetividade das estratégias de comunicação das elites, uma vez que o autor as considera como um dos fatores balizadores das massas. Em terceiro estaria o estágio no qual a política se encontrava – formulação ou implementação –; e, por fim, em quarto lugar, o nível de consciência que as elites teriam sobre a dimensão da opinião pública (Foyle 1997, 143).

Pode-se perceber, portanto, que a literatura sobre a influência da opinião pública em política externa em regimes democráticos vem produzindo duas conclusões de realce: de um lado, reconhece-se cada vez mais a relevância dessa influência; do outro, os modos pelos quais tal influência se dá vem sendo objeto de crescente qualificação, sobretudo no que refere ao *timing*, ao grau e às áreas de influência da opinião pública. Apesar de esta dissertação não ter como objetivo determinar se e até que ponto a opinião pública brasileira teria influenciado a posição do governo Goulart na Conferência de Punta del Este de janeiro de 1962, é interessante fazer alguns apontamentos, com base nas considerações de Holsti (2004) e Foyle (1997), sobre como o contexto em que a Conferência ocorreu pode ter facilitado o processo de influência da opinião pública sobre a política externa brasileira.

Primeiramente, com relação ao principal *decision maker* brasileiro junto à Conferência de Punta del Este, Francisco Clementino de San Tiago Dantas, vale destacar que o então chanceler brasileiro era membro da ala reformista do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), defendendo publicamente que os objetivos da política

nacional deveriam ser o de preservar a paz mundial e promover o desenvolvimento econômico do país (Storrs 1973, 280). Segundo Tânia Manzur, Dantas fazia parte da corrente do “universal-independentismo”, o que significava apoio à universalização da política exterior brasileira – leia-se, estabelecimento de laços com todos os países do mundo, independente das colorações políticas deles – em prol do desenvolvimento nacional. Era exatamente nesse sentido que Dantas defendia a diversificação de parceiros comerciais e acreditava que essa universalização deveria estar isenta de prejuízos ideológicos (Manzur 2009, 88). Do ponto de vista teórico, portanto, caso encontremos uma opinião pública alinhada às posições públicas de Dantas, teremos elementos para concluir que havia no mínimo uma complementaridade entre os posicionamentos do *decision marker* e da sociedade, apesar de não ser viável estabelecer qualquer casualidade nesse sentido, muito menos em termos de direção dessa possível casualidade.

Em segundo, no que tange ao *timing* da Conferência, vale lembrar que, do ponto de vista do contexto político doméstico, estávamos na fase parlamentarista do governo Goulart (setembro de 1961 a janeiro de 1963), meses após a tentativa frustrada de setores conservadores das Forças Armadas em dar um golpe e impedir a ascensão de Jango à presidência. Isso significa que a administração Goulart, naquele momento, não poderia ser considerada forte e estável. Muito pelo contrário, além de o regime político ter sido recém-instalado e estar sujeito a vários questionamentos sobre onde exatamente repousaria sua autoridade (se no presidente ou primeiro-ministro), a própria manutenção de Goulart no poder, mesmo com prerrogativas presidenciais limitadas, ainda estava em aberto, já que elementos golpistas nas Forças Armadas e na sociedade mantinham-se atuantes. Disso tudo se conclui também que o presidente e o seu chanceler, que lhe era politicamente próximo, *a priori*, tinham elementos para

desejar um alinhamento às posições mais progressistas da sociedade sobre a Conferência de Punta del Este, caso estas fossem numericamente representativas, como forma de dar sustentação ao regime e constranger grupos conservadores pró-golpe (Loureiro 2017, cap. 6).

Por fim, em terceiro, quanto aos temas e áreas relacionados à Conferência, existem elementos que mostram que, se para os Estados Unidos Cuba consistia em uma questão de segurança nacional, para membros do governo Goulart, sobretudo para o chanceler Dantas, como apontou Manzur (2008, 88), o regime político de Cuba não representaria uma ameaça para a sociedade brasileira. Ao contrário, o respeito a regimes e sociedades diversas poderia significar uma forma de diversificar relações comerciais do país em um momento de grave crise econômica doméstica (Loureiro 2017, cap. 1). Mais uma vez, portanto, dado que para *policymakers* locais a questão da Conferência de Punta del Este parecia não se tratar de uma área da chamada “alta política”, onde a própria segurança do Estado estaria em jogo, e onde, supostamente, o grau de influência da opinião pública tenderia a ser menor (caso o posicionamento dessa pudesse significar uma ameaça à existência do Estado nacional), temos elementos para acreditar, baseando-se em Holsti (2004) e Foyle (1997), que a capacidade de influência da opinião pública sobre *decision makers* tenderia a ser maior.

No que se refere às fontes que utilizamos nesta dissertação, deve-se destacar a dificuldade de responder ao nosso problema principal de pesquisa apenas com jornais de circulação nacional. Mesmo sendo importantes formadores de opinião – e de, exatamente, tenderem a formar opinião daqueles que, em geral, tinham maior poder de pressão na sociedade, isto é, de pessoas do meio urbano e alfabetizadas –, jornais apresentam uma perspectiva limitada sobre a opinião pública, mesmo que relevante.

Antes de tudo, periódicos são empresas, que, para além do objetivo do lucro, apresentam interesses e filiações políticas específicas. Isso pode ser observado, por exemplo, no caso do jornal *O Estado de São Paulo*, que adotou uma posição fortemente anti-Goulart em quase todo o mandato de Jango, ao ponto de seu proprietário, Júlio de Mesquita Filho, ter se tornado o principal chefe civil de um movimento que conspirou para derrubar o presidente (Skidmore 1988, 274). Daí o porquê de preferirmos nos referir à mídia impressa como “opinião publicada”, e não opinião pública.

Apesar disso, estudiosos argumentam que, mesmo tendo interesses e filiações políticas determinadas, e de não poderem ser vistos como opinião pública em si, jornais seriam uma fonte fundamental de acesso a opiniões e visões da sociedade. Segundo Ambrose Akor, a mídia seria essencial na relação entre opinião pública e política externa, sendo básica para compreender, por exemplo, o porquê de mudanças de atitude da sociedade ocorrerem ao longo do tempo sobre temas diversos. O autor ressalta ainda que as mídias de massas seriam condutores entre *policymakers* e o público. Se, por um lado, *policymakers* acompanhariam tais mídias para ter uma percepção sobre parcelas da opinião pública; por outro, elas seriam a principal fonte de informação para o público sobre como *policymakers* estariam atuando (Akor 2011, 36).

Dessa maneira, para contornar limitações relacionadas a tendências políticas e empresariais de determinados periódicos, recorreremos ao cruzamento de fontes, utilizando-se jornais com diferentes linhas editoriais, posicionamento político e inserção junto a grupos de interesse. Para o estudo do material coletado, empregamos uma metodologia de análise de conteúdo, tal como apresentada em Krippendorff (2004). Criamos uma planilha com noventa critérios analíticos. Primeiramente

estudou-se o posicionamento da reportagem no jornal, isto é, se a reportagem localizava-se na capa ou no miolo do periódico, nas metades superior ou inferior da página. Além disso, analisou-se a espécie da reportagem, ou seja, se ela consistia em notícia ou em editorial. Essas variáveis têm a capacidade de revelar não somente a importância relativa dada pelo periódico ao tema, mas também a frequência com que o jornal emitia diretamente uma opinião sobre a atuação brasileira na Conferência de Punta del Este.

Em seguida identificamos os principais personagens políticos brasileiros, cubanos e norte-americanos envolvidos no caso – a saber: João Goulart, San Tiago Dantas, Fidel Castro, Ernesto Che Guevara, John Fitzgerald Kennedy e Dean Rusk –, bem como o posicionamento de seus respectivos países.¹⁹ Para essa análise foram identificados e classificados dois tipos de adjetivação, a adjetivação direta – ao lado do nome ou pronome pessoal – e a contextual. A adjetivação direta é de identificação imediata, trazendo em diversas, vezes qualificações fortes tanto para o lado positivo quanto para o negativo. Já a adjetivação contextual é mais sutil. Trançada dentro do contexto geral da reportagem, sua análise nos proporcionou uma noção melhor do posicionamento dos jornais com relação àquilo que estavam reportando. Paralelamente a essas análises, nós montamos a tabela A5, apresentada no apêndice, com uma lista dos adjetivos encontrados nos três jornais. Eles foram discriminados entre aqueles considerados claros – seja positiva, seja negativamente – e aqueles considerados ambíguos. Para esses também identificamos ao lado como nós os interpretamos.

¹⁹ Por fim, apesar de os demais países membros da OEA também participantes serem relevantes para a análise, eles foram reunidos em uma mesma categoria, dado o objetivo do nosso trabalho, que tem como foco principal a atuação do Brasil.

A fim de não embasarmos nossas conclusões apenas na opinião publicada de jornais selecionados, decidimos analisar também fontes disponíveis sobre opinião pública do período. Isso permitiu cruzar e tecer comparações entre opinião publicada e opinião pública no contexto da Conferência. Recolhemos todas as pesquisas de opinião realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) sobre assuntos políticos dos anos 1961 e 1962 disponíveis no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Universidade de Campinas (UNICAMP).

A atividade de pesquisa de opinião começou no Brasil em 1942 com o surgimento do próprio IBOPE. Fundado por Auricélio Penteado, inicialmente o Instituto tinha por objetivo mensurar, por meio de métodos científicos, a audiência das estações de rádio. Em 1945, o IBOPE transferiu sua sede para o Rio de Janeiro e realizou sua primeira pesquisa eleitoral, dando início a pesquisas de opinião pública. Ao longo dos anos 1940, ele foi o único instituto independente especializado em pesquisa de opinião e mercado a funcionar no Brasil (Martini 2011, 26). No ano de 1954, pensando no novo formato da mídia surgido com a televisão, o IBOPE desenvolveu o chamado Boletim de Assistência de Televisão de São Paulo. Esse serviço tinha como objetivo medir a audiência da mídia televisiva, o que mais tarde transformaria o nome do Instituto em sinônimo de sucesso e respeitabilidade no tocante à análise de medições de audiência.²⁰ No início dos anos 1960, portanto, apesar de ainda relativamente jovem, o Instituto já era considerado uma agência de opinião pública de respeitabilidade, o que confere razoável credibilidade às pesquisas por ele realizadas.

Sobre as pesquisas de opinião que empregamos neste trabalho, deve-se destacar, em primeiro lugar, a limitação de sua territorialidade, uma vez que foram

²⁰ Para maiores informações sobre o processo de expansão do IBOPE, ver <http://www.abep.org/historia-da-pesquisa/primeiras-empresas-pesquisa>. Acesso em 18/07/2016.

realizadas somente com amostras das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Mesmo assim, acredita-se que os resultados obtidos por elas sejam bastante significativos, visto que essas cidades eram algumas das regiões politicamente mais relevantes do país no período. Além disso, como analisaremos na quarta seção deste trabalho, as linhas gerais do posicionamento da opinião pública sobre política externa identificada nessas três cidades mostraram-se bastante semelhantes aos resultados apresentados por outras pesquisas de âmbito nacional, fruto de apreciação de outros autores (Loureiro, Guimarães e Schor 2015).

No que tange à metodologia de pesquisa empregada pelo IBOPE nos três centros urbanos citados, as informações que temos também são bastante restritas. Sabe-se apenas que as pesquisas foram realizadas em amostras da população adulta (isto é, acima de 18 anos) das três cidades. O IBOPE estratificou tais amostras em grupos socioeconômicos e em sexo, deixando ao acaso apenas a categoria referente ao grau de instrução. Isso significa que o Instituto utilizou-se de dados censitários (no caso, referentes ao Recenseamento de 1960, recém-publicado à época) para determinar a proporção de grupos socioeconômicos nas três cidades, assim como a proporção de homens e mulheres, selecionando entrevistados aleatoriamente e de modo proporcional em cada um desses grupos. O único critério em que não se seguiu as proporcionalidades censitárias foi o de nível de educação. Porém, na medida em que os grupos socioeconômico e sexo, ainda mais no Brasil dos anos 1960, tendiam a apresentar fortíssima correlação com grau de instrução (homens pertencentes a grupos de maior renda tendiam a ser mais instruídos, por exemplo), imagina-se que, no final

das contas, tenha-se obtido também uma boa representatividade dos entrevistados em termos de instrução escolar.²¹

Após essas breves considerações teóricas sobre a relação entre opinião pública e política externa, assim como sobre os tipos e os limites das fontes primárias que foram utilizadas nesta dissertação, iniciaremos nossa análise com a opinião publicada sobre a Conferência de Punta del Este. Discutiremos a seguir, portanto, as reportagens coletadas nos jornais *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora*. Esperamos compreender a maneira como essa parcela da opinião publicada teria se manifestado em relação à posição adotada pelo Brasil na Conferência de Punta del Este.

²¹ Informações sobre a metodologia das pesquisas podem ser encontradas em Fundo IBOPE, Pesquisas Especiais, MR 0271, PE 036, 1961, Vol.2, s/n; MR 0271/PE 037/1961/Vol. 3, s/n; MR 0273/PE 042/1962/Vol. 3, s/n; MR 0273/PE 043/1962/Vol. 4, s/n; e MR 0274/PE 048/1962/Vol. 9, s/n, Arquivo Edgard Leuenroth, Universidade Estadual de Campinas (a seguir, AEL-Unicamp).

2. Opinião publicada e a Conferência de Punta del Este

A análise dos periódicos selecionados como amostra da opinião publicada brasileira no período da Conferência de Punta del Este aponta diferenças importantes entre eles. *O Estado de São Paulo*, por exemplo, apresentou uma análise bastante consistente ao longo de todo o período da Conferência, sendo contrário ao comunismo, ao governo de Fidel Castro e favorável à posição norte-americana, em particular no que se referia à necessidade de executar medidas duras contra Cuba. Já o *Jornal do Brasil* adotou uma linha mais moderada, apesar de desaprovar o viés político adotado pelo governo Castro. O jornal defendeu os princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos e, nesse sentido, posicionou-se contrário a medidas coercitivas por parte da Organização dos Estados Americanos (OEA) contra Cuba. O periódico *Última Hora*, por sua vez, defendeu as posições do governo cubano, apresentando uma posição bastante crítica com relação às decisões tomadas em Punta del Este.

No que se refere à análise quantitativa de conteúdo, encontramos, entre os dias 1 de novembro de 1961 e 31 de março de 1962, 234 (47%) reportagens sobre a Conferência de Punta del Este no *Estado de São Paulo*, 181 (36%) no *Jornal do Brasil* e 83 (17%) no *Última Hora* – logo, 498 reportagens ao total. Em termos de unidade de análise, verificamos que nos três jornais houve maior presença de notícias do que editoriais. No *Estado de São Paulo* essa proporção foi de dois para um, enquanto no *Jornal do Brasil*, de quatro para um. No *Última Hora*, não houve um editorial sequer sobre a Conferência. Esse é um resultado interessante: de um lado, se era esperado que o número de notícias superasse o de editoriais (dado o maior número de notícias contido em qualquer edição de periódico), a alta proporção de editoriais no *Estado de São Paulo* denota a importância que o jornal deu para o tema. Além de

noticiá-lo em grande escala, fez questão de colocar sua posição de modo frequente. Surpreendente, a nosso ver, foi o fato de o *Última Hora* não ter se manifestado uma única vez para expressar de forma clara sua visão sobre a Conferência. Pode-se concluir que a tendência de cobertura mais internacional do *Estado* em detrimento de uma cobertura mais doméstica do *Última Hora* explicaria esse contraste. Dada a importância dessa questão para a política externa brasileira, porém, e tendo em vista a importância e representatividade que o *Última Hora* tinha para as esquerdas do Brasil no período (sobretudo para o PTB e o janguismo), o fato de o jornal não ter dado espaço em seus editoriais para o tema pareceu-nos digno de nota.

Outro aspecto notável, e surpreendente, referiu-se à baixa presença de membros da sociedade civil manifestando-se sobre o tema da Conferência nos jornais. Com relação a outras questões, sobretudo políticas públicas domésticas, como política econômica, manifestações de grupos de interesse e representantes da sociedade civil eram frequentes, em particular, empresários e trabalhadores. (Loureiro 2016a). Esperávamos que o mesmo se desse com relação à política externa, mas não foi o caso. Entre os jornais selecionados, *O Estado de São Paulo* foi o jornal que mais cedeu espaço a grupos da sociedade civil, com 20 (9%) notícias nas quais se reportaram manifestos diretos de setores sociais, como a Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), acadêmicos, cidadãos londrinenses e ex-chanceleres brasileiros. O posicionamento desses setores era bastante parecido com o do *Estado de São Paulo*, criticando Cuba ou a posição adotada pelo governo brasileiro. Já o *Jornal do Brasil* trouxe somente cinco (3%) notícias desse tipo, todas de setores com posicionamentos contrários aos seus, o que é um aspecto interessante, mostrando um pouco mais de pluralidade por parte do periódico. Alguns dos setores da sociedade civil trazidos pelo jornal foram, por exemplo, líderes da ORIT e exilados

cubanos. Já o *Última Hora*, por fim, não trouxe uma única manifestação de setores da sociedade civil – o que, mais uma vez, tendo em vista a forte relação que o *Última Hora* tinha com o movimento de trabalhadores urbanos, pareceu-nos surpreendente. Vale destacar que aqui temos um ponto que contrasta com as posições da literatura sobre a Conferência, em particular quando estudiosos afirmam que a Conferência teria sido um momento de alta participação da sociedade civil em debates sobre política externa (Neto 2005, Manzur 2009).

No que tange às notícias propriamente ditas sobre a Conferência, constatamos que as reportagens foram mais frequentes na parte interna do jornal (isto é, no miolo) do que na capa. No *Estado de São Paulo* essa proporção foi de dois para um, enquanto no *Jornal do Brasil* e no *Última Hora*, de quatro para um. Ressalta-se também que elas foram encontradas majoritariamente na metade superior da página – no *Estado de São Paulo* e no *Jornal do Brasil* em uma proporção de três para um, enquanto no *Última Hora*, de dois para um. Se, de um lado, o fato de terem sido publicadas poucas notícias de capa indica que periódicos não teriam dado tanta importância ao tema; por outro, dado que grande parte das notícias localizou-se na porção superior da página, pode-se concluir que o tema não teria sido secundário.

Sobre as variáveis “pessoas” e “países”, constatou-se que os personagens políticos mais mencionados foram o chefe de governo cubano, Fidel Castro, e o ministro das Relações Exteriores do governo Goulart, San Tiago Dantas, enquanto o menos citado foi o ministro da Economia de Cuba, Ernesto Che Guevara. No que se refere aos países envolvidos, Cuba foi o mais mencionado, enquanto os Estados Unidos, o menos citado. Na variável “Conferência”, onde foram analisados os períodos pré-, durante e pós-evento, constatamos que houve mais citações sobre o encontro do que sobre sua convocação ou sobre os seus resultados. O período de

convocação foi classificado negativamente por dois dos três jornais (*Jornal do Brasil* e *Última Hora*), enquanto a Conferência em si foi qualificada positivamente pelo mesmo número, apesar de a composição dos periódicos ter mudado (*Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*). O momento pós Conferência foi um dos poucos denominadores comuns entre os três jornais: todos classificaram os resultados do encontro interamericano como positivos, mesmo que os motivos para tal tenham sido distintos, como analisaremos mais adiante.

Apresentados os traços mais gerais da opinião publicada brasileira sobre a Conferência de Punta del Este, partimos agora para uma análise mais específica dos aspectos antes mencionados.

2.1. Opinião publicada e as personalidades da Conferência

As personalidades políticas mais citadas pelos periódicos em reportagens sobre a Conferência de Punta del Este foram Fidel Castro (no *Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*) e San Tiago Dantas (no *Jornal do Brasil* e *Última Hora*). No *Estado de São Paulo*, o líder cubano apareceu em um pouco menos da metade (44%) das reportagens, tendo sido classificado – tanto sua pessoa, quanto seus atos – de forma quase que totalmente negativa. Um exemplo bastante interessante nesse sentido está no editorial do dia 4 de janeiro de 1962, escrito duas semanas antes da Conferência. Nele, o *Estado* descreveu Fidel como “o títere barbudo de Nikita Krushev”: com sua “alentada arenga comemorativa”, Fidel teria deixado claro sua estratégia política nas Américas, “ou melhor, o papel que lhe (teria sido) atribuído pelos planejadores da estratégia soviética na *guerra fria*”. Nota-se, portanto, que *O Estado de São Paulo* classificava Fidel como um ator político sem vontade própria, uma espécie de marionete de Moscou, coincidindo com a argumentação de Washington no período: o princípio de não-intervenção na ilha não caberia na medida em que Havana estaria

simplesmente sendo manipulada por um poder externo.²² Conforme destacado por Avila, “a crescente dependência que Castro e outros revolucionários históricos sentiam com relação à União Soviética – e aos velhos comunistas cubanos – terminou gerando um processo de sovietação, colocando em risco a liderança carismática daquele” (Avila 2011, 61).

No *Jornal do Brasil*, por sua vez, Castro apareceu em 38% das reportagens relativas à Conferência de Punta del Este. Assim como no caso do *O Estado de São Paulo*, o líder cubano foi qualificado de modo negativo em quase em todas as menções, além de também ter sido caracterizado, muitas vezes, como uma marionete da União Soviética. Em editorial do dia 5 de dezembro de 1961, por exemplo, o *Jornal do Brasil* descreveu Castro como um “típico revolucionário latino-americano”: logo após Fidel ter feito um pronunciamento declarando que o regime cubano seria comunista, o *Jornal do Brasil* argumentou que Castro teria se transformado “num burocrata submisso à orientação do Partido Comunista de Cuba”.²³

No caso do jornal *Última Hora*, contudo, apesar de Castro ter sido mencionado em somente 13% das reportagens sobre a Conferência (um percentual bem abaixo dos dois outros jornais), o periódico tendeu a apresentá-lo de maneira positiva. Um dos atos de Castro vistos como positivos foi a possível libertação de presos políticos e a concessão de salvo-condutos a opositores do regime cubano em meados do início da Conferência. Considerando essa ação como uma resposta às acusações feitas pela Comissão Interamericana de Paz da OEA, o *Última Hora* demonstra o que, para o jornal, seria um ato de boa vontade por parte de Fidel. Além disso, ao contrário dos outros dois jornais analisados, o *Última Hora* não apresentou Castro como uma marionete de Moscou. Ressalta-se ainda que a baixa referência a

²² OESP, Fidel Castro e Punta del Este, 04 janeiro 1962, p. 3.

²³ OJB, Malogro, 05 dezembro 1961, p. 6.

Castro demonstra a preocupação do jornal com a questão cubana como um todo, e não somente com a figura de seu líder.²⁴

O segundo personagem mais mencionado pelos periódicos de nossa amostra foi o chanceler brasileiro San Tiago Dantas. Representante do Brasil na Conferência de Punta del Este, Dantas foi o porta-voz da Política Externa Independente no episódio, indo na contramão da tradição pró-Estados Unidos da política externa brasileira (Storrs 1973, 115). O chanceler defendeu no Uruguai os princípios de autodeterminação dos povos e de não intervenção, apoiando o direito do povo cubano de escolher sua própria forma de governo sem intervenção externa. Implícita na avaliação de Dantas, portanto, estava a ideia de que a administração Castro não deveria ser tratada como marionete de Moscou apenas por ser comunista (Neto 2005, 17). Para *O Estado de São Paulo*, porém, que citou Dantas em 32% das notícias sobre a Conferência, a figura e os posicionamentos do chanceler apareceram de modo majoritariamente negativo. Em editorial publicado semanas antes da Conferência, o jornal qualificou a argumentação de Dantas relativa à Cuba como um “excesso oratório”, marcando uma posição “insustentável”.²⁵ Infere-se do editorial que a “insustentabilidade” da defesa de Dantas residia, exatamente, no caráter não-soberano de uma Cuba comunista.

Encontramos outro exemplo da posição crítica do *Estado de São Paulo* com relação a Dantas em reportagem de capa do dia 25 de janeiro de 1962, ocorrida já durante os trabalhos da Conferência. Nessa, o *Estado* declarou que Dantas estaria cometendo “deslizes” no encontro interamericano, sendo um desses o fato de ter se dirigido aos Estados Unidos “para afirmar – após expor sua tese neutralista – que o Brasil (seria) democrático e democrático continuar(ia), dando a impressão de que

²⁴ UH, Punta del Este: Conferência começa hoje, 22 janeiro 1962, p. 6.

²⁵ OESP, As “forças ocultas” do chanceler, 09 fevereiro 1962, p. 3.

(estaria se) justificando frente ao irmão maior seu procedimento dissidente.”²⁶ Vê-se que, apesar de não existir *a priori* qualquer razão objetiva para imaginarmos que a afirmação de Dantas sobre o caráter democrático do regime político brasileiro seria uma “justificativa” para os EUA, o fato de o jornal ter assumido, implicitamente, que a posição “neutralista” brasileira seria uma espécie de desvio moral diante da suposta posição correta dos EUA fez com que o comentário de Dantas desse a “impressão” de ser uma justificativa diante do “irmão maior”. Nota-se ainda a ideia implícita de que a política externa brasileira em Punta del Este teria ares de imaturidade, em contraste com a visão norte-americana, supostamente madura.

No caso do *Jornal do Brasil*, Dantas ganhou um pouco mais de destaque do que no *Estado de São Paulo*: menções sobre o chanceler apareceram em 38% das notícias (o mesmo percentual de Fidel Castro), apesar de, em contraste com Castro, o periódico ter classificado a pessoa e as atitudes de Dantas de modo positivo em 100% dos casos. Um exemplo pode ser observado no comentário do jornal ao descrever a atuação do Brasil na Conferência de Punta del Este, já após o término do encontro. Os resultados da Conferência, vistos como positivos pelo jornal, foram diretamente relacionados a Dantas, apontado como um “homem de grande cultura e inteligência”.²⁷ Outra reportagem que ilustra sentido semelhante deu-se com a publicação de um telegrama enviado pelo próprio chanceler Dantas ao *Jornal do Brasil*, no qual teria elogiado “o apoio dado (pelo periódico) à linha de independência levada pela delegação brasileira à Conferência de Punta del Este”.²⁸ É interessante perceber como o *Jornal do Brasil* implicitamente legitimou o posicionamento brasileiro na Conferência em razão da intelectualidade e da sabedoria do chanceler Dantas, como se determinada posição correta (ou errada) em termos de política

²⁶ OESP, Uma Conferência de San Thiago Dantas, 25 janeiro 1962, capa.

²⁷ OJB, A verdade sobre San Thiago Dantas, 02 fevereiro 1962, p. 3.

²⁸ OJB, San Thiago agradece o apoio do JB, 02 fevereiro 1962, p. 3.

externa pudesse ser qualificada em torno de um suposto domínio (ou falta) de saber daquele que a teria formulado e implementado.

O *Última Hora* foi o periódico que deu maior espaço para Dantas nas reportagens sobre a Conferência: mais da metade (51%) das notícias do jornal sobre o evento mencionaram o chanceler brasileiro. Todas as referências à figura e aos posicionamentos de Dantas – isto é, 100% dos casos – foram positivas. Na chamada de capa do dia 26 de janeiro de 1962, por exemplo, o jornal afirmou que a “firmeza de San Tiago Dantas (teria feito) sensação em Punta del Este”.²⁹ Em reportagem do mesmo dia, o jornal coloca que, “ao rejeitar a aplicação de medidas contra Fidel Castro, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil (teria causado) a maior sensação do primeiro dia do debate da Comissão da oitava Reunião Interministerial Americana”.³⁰ Percebe-se aqui que, em contraste com o *Jornal do Brasil*, o que teria dado legitimidade à postura de Dantas não teria sido tanto a posse de um saber, mas sua coragem ao defender uma posição que ia de encontro aos interesses de Washington no hemisfério. Veremos mais à frente, porém, que o *Última Hora* também invocaria a questão da intelectualidade de Dantas para sustentar a defesa da posição brasileira na Conferência.

A personalidade política menos citada pelos três jornais foi Ernesto Che Guevara. Então ministro da Economia de Cuba, Guevara foi mencionado em apenas 1% das notícias do *Estado de São Paulo* e do *Jornal do Brasil*, não tendo sido referenciado sequer uma vez pelo *Última Hora*. Em ambos os periódicos nos quais foi apontado, Che Guevara foi adjetivado negativamente. O *Estado de São Paulo* mencionou o ministro em uma reportagem sobre o discurso do presidente cubano Osvaldo Dorticós Torrado na Comissão Geral da VIII RMRE, caracterizando Guevara

²⁹ UH, Firmeza de San Tiago Dantas faz sensação em Punta del Este, 26 janeiro 1962, capa.

³⁰ UH, San Tiago sensacional: EUA “estupefactos”, 26 janeiro 1962, p. 6.

como agressivo e impetuoso, enquanto Dorticós teria sido mais paciente, atacando os Estados Unidos com uma retórica mais elaborada.³¹ No *Jornal do Brasil*, Guevara foi apresentado, simplesmente, como “antigo comunista argentino” (aspecto considerado negativo pelo jornal) e atual Ministro da Economia do regime cubano”.³² Destaca-se ainda o fato de que Guevara possuiu uma citação direta no *Estado de São Paulo*, na qual teria dito “que não (haveria) momento de descanso no mecanismo da produção e da construção do socialismo”.³³ O jornal contextualizou tal citação de maneira negativa, como se essa eterna construção do socialismo fosse algo a ser detido para o bem da humanidade.

O representante oficial de Cuba na Conferência de Punta del Este foi o presidente do país, Osvaldo Dorticós Torrado – por isso mesmo, sempre mencionado quando a representação cubana era citada. Apesar disso, a ausência de referências a Guevara nos pareceu um indicador relevante, na medida em que Guevara era uma das figuras de maior relevo e de maior visibilidade do governo cubano, sendo seu nome bastante conhecido à época, além de ter causado forte discussão no Brasil quando de sua condecoração pelo presidente Quadros em agosto de 1961 (Skidmore 1988, 247).

Para além de Guevara há outros personagens políticos que estiveram envolvidos, direta ou indiretamente, na Conferência e que foram pouco mencionados. Um deles é o então presidente do Brasil João Goulart. No *Estado de São Paulo*, Goulart foi mencionado em apenas 4% do universo de reportagens analisadas, sendo adjetivado negativamente em todas elas, tanto sua pessoa quanto suas ações. Um exemplo saliente está no editorial do *Estado* do dia 8 de dezembro de 1961, no qual João Goulart foi criticado por seguir uma política externa independente ao invés de

³¹ OESP, Texto do discurso de Dorticós na Comissão Geral da Conferência, 27 janeiro 1962, p. 2.

³² OJB, Stevenson em Trinidad para encontrar-se com o Presidente Frondizi, 26 novembro 1961, p. 2.

³³ OESP, Fidel convoca reunião latino-americana para o dia 22 em Havana, 09 janeiro 1962, capa.

retornar a uma política tradicional de alinhamento com os Estados Unidos.³⁴ No *Jornal do Brasil* o mesmo fenômeno aconteceu: Goulart foi mencionado em apenas 5% das notícias. Aqui, entretanto, as menções à figura e às atitudes do presidente brasileiro foram todas consideradas positivas. No *Última Hora* Goulart apareceu com uma representatividade de 10% nas reportagens e, assim como no *Jornal do Brasil*, teve todas as menções positivas. O jornal *Última Hora* destacou a atenção minuciosa com que o presidente teria acompanhado a Conferência³⁵; já o *Jornal do Brasil* enfatizou o quanto o presidente teria mantido relações amistosas e cordiais com o representante cubano.³⁶

Outro personagem bastante relevante ao período, mas que foi pouco citado no caso da VIII RMRE, foi o presidente norte-americano John F. Kennedy. No *Estado de São Paulo*, Kennedy foi citado apenas 20% das vezes do número total de reportagens sobre o encontro, sendo que as menções tanto à sua pessoa quanto aos seus posicionamentos foram positivas. Vale destacar que, mesmo tendo sido menos citado do que Castro e Dantas no *Estado*, Kennedy teve participação bem maior nas reportagens do que o presidente brasileiro João Goulart. Entre as reportagens do *Estado* que ilustram a caracterização elogiosa do mandatário norte-americano, chamou-nos atenção uma afirmação que Kennedy teria feito em uma entrevista coletiva, e que foi reproduzida pelo jornal: para Kennedy, precisaria “haver um acordo geral no hemisfério no sentido de considerar o comunismo uma ameaça sustentada por forças extracontinentais”.³⁷ É interessante notar que a frase destacada pelo *Estado* do discurso de Kennedy coincidia exatamente com a posição do jornal

³⁴ OESP, O Brasil e o comunismo em Cuba, 08 dezembro 1961, p. 3.

³⁵ UH, Jango apoia a posição do Brasil em Punta del Este, 29 janeiro 1962, p. 4.

³⁶ OJB, Dorticós, após ouvir Goulart: Brasil é contra intervenção, 21 janeiro 1962, p. 5.

³⁷ OESP, Kennedy otimista acerca da reunião de Punta del Este, 16 janeiro 1962, capa.

(vide os editoriais do periódico por nós antes analisados) sobre o porquê de Cuba dever sofrer sanções dos Estados americanos.

No caso do *Jornal do Brasil*, o presidente Kennedy foi mencionado em 14% das notícias (também bem mais do que o presidente Jango), tendo sido classificado majoritariamente de maneira positiva (54%). O jornal qualificou Kennedy como muito popular no hemisfério, sem oferecer comprovação empírica disso, porém.³⁸ O jornal *Última Hora* foi o que menos citou o presidente norte-americano, com uma representatividade de somente 7% das reportagens, sendo que Kennedy e suas ações foram considerados em todas as menções negativamente. Como era de se esperar, o *Última Hora* foi o único periódico entre os três analisados que trouxe mais menções a Goulart do que a Kennedy em notícias sobre a Conferência de Punta del Este (10% e 7%, respectivamente).

Entre as reportagens do *Última Hora* críticas a Kennedy, podemos destacar a caracterização que o jornal fez do mandatário norte-americano como um “jovem presidente” que “não (teria sabido) resistir às pressões dos elementos intervencionistas” presentes no governo de Washington no contexto da Conferência.³⁹ Há dois apontamentos importantes a serem feitos sobre a adjetivação do *Última Hora* com relação a Kennedy. Primeiro, percebemos mais uma vez como críticas ou elogios a determinados posicionamentos de líderes na Conferência são embasadas na falta (presença) de conhecimento e/ou experiência dos formuladores políticos. Se Dantas apareceu caracterizado pelo *Última Hora* e *Jornal do Brasil* como experiente, culto e inteligente – e isso é colocado como forma de embasar as posições do chanceler brasileiro –, neste caso a suposta falta de experiência de Kennedy explicaria a falta de condições que o presidente norte-americano teria tido para resistir às pressões de

³⁸ OJB, Não será fácil ao Presidente Kennedy movimentar a Aliança, 30 dezembro 1961, p. 7.

³⁹ UH, Kennedy: um ano de governo, 22 janeiro 1962, p. 6.

grupos intervencionistas em Washington. E, em segundo, tal como Fidel foi caracterizado como uma marionete de Moscou pelo *Estado*, aqui se vê como o *Última Hora* deixa a entender que o presidente norte-americano teria sido manipulado por grupos de interesses do país.

Por fim, outro personagem político pouco citado, e de grande relevância para a Conferência, foi o então Secretário de Estado norte-americano Dean Rusk. Representante dos Estados Unidos na reunião em Punta del Este, Rusk também teve um papel fundamental ao tentar manobrar membros da OEA visando construir uma solução mais dura contra Cuba. Sua aparição nas notícias, contudo, resumiu-se a 20% do total, tanto no *Estado de São Paulo*, quanto no *Jornal do Brasil*, que classificaram sua figura política e suas ações majoritariamente como positivas. Mesmo assim, vale destacar que Rusk apareceu bem mais nas notícias do que o presidente Jango, por exemplo.

O *Estado de São Paulo* exaltou um dos discursos de Rusk, no qual esse teria incitado os governos latino-americanos a “estabelecer um escudo através do qual (pudessem) adotar medidas de caráter construtivo (...) para erradicar as bases do comunismo (no hemisfério) – a pobreza, a fome e a ignorância”.⁴⁰ O *Jornal do Brasil*, por outro lado, mostrou a compreensão do Secretário de Estado em relação à posição adotada pela delegação brasileira e sua atenção à situação interna do Brasil, afirmando que “a grande preocupação para os Estados Unidos (seria) a possibilidade de uma convulsão social no Brasil”.⁴¹ Já no *Última Hora*, as menções a Rusk representaram apenas 17% das notícias, sendo elas, em sua maioria, negativas (82%). Um exemplo bastante expressivo nesse sentido foi a menção do jornal de que Rusk teria sido desrespeitoso por não ter utilizado fones de ouvido para escutar a tradução do

⁴⁰ OESP, Dean Rusk mobiliza as Américas contra a subversão castrista e as forças que atrasam o progresso, 26 janeiro 1962, capa.

⁴¹ OJB, Dean Rusk: divergência não impedirá aliança, 24 janeiro 1962, p. 5.

discurso do presidente cubano Dorticós. Conforme o periódico, Rusk teria “simplesmente (permanecido) sentado, sem mover-se, olhando para o lugar de onde falava o Presidente Cubano”.⁴²

Outro fator relevante para a análise é o número de referências diretas a pronunciamentos de personagens políticos. Apesar de discursos serem recortados, podendo gerar significados complementarmente distintos daqueles que se teriam caso fossem considerados em sua totalidade e dentro de seus respectivos contextos, consideramos que a concessão de espaço de fala a atores políticos pode fornecer nuances importantes sobre o posicionamento do jornal, seja favorável, seja contrário ao ator em questão. Fidel Castro, apesar de bastante mencionado pelo *Jornal do Brasil*, não possui muitas citações diretas (apenas em duas notícias). Essas citações embasaram as alegações do jornal sobre o caráter dos discursos de Castro, qualificados como violentos. Um exemplo bastante interessante é a citação de pronunciamento de Castro sobre o então presidente da Venezuela Rômulo Betancourt, no contexto do rompimento de relações diplomáticas da Venezuela com Cuba – em 11 de novembro de 1961.⁴³ Fidel chamou Betancourt de “miserável instrumento do imperialismo ianque”.⁴⁴

No caso do *Última Hora*, apesar de alinhado à esquerda do espectro político, o periódico trouxe citações diretas de Castro em somente duas de suas reportagens. Aqui, ao contrário, usaram-se citações para corroborar a qualificação positiva do jornal sobre Castro. Exemplo claro nesse sentido deu-se com a citação de pronunciamento do líder cubano sobre política armamentista na América Latina. No contexto da preparação para a Conferência, Castro teria afirmado que Cuba não seria “pela guerra”, e que “o nosso desejo (seria) o de não ter de usar as armas. Nossa

⁴² UH, Possível acordo (hoje) em Punta del Este, 27 janeiro 1962, p. 4.

⁴³ OESP, Betancourt: Venezuela não será base para invasão alguma de Cuba, 14 novembro 1961, p. 9.

⁴⁴ OJB, EUA pedem apoio a uma ação contra Cuba, 18 novembro 1961, p. 7.

política não é a de agressão”.⁴⁵ Tendo em vista que uma das mais fortes críticas usadas pelos EUA contra Cuba era a de patrocinar levantes revolucionários em outros países da América Latina, esse tipo de citação do *Última Hora* aparentemente vinha não apenas para qualificar o líder cubano de forma positiva em termos gerais, mas também, indiretamente, para responder a críticas sobre a suposta política externa agressiva de Cuba no hemisfério (Neto 2005, 9).

O periódico *O Estado de São Paulo*, por fim, foi o que mais exibiu citações diretas do líder cubano, apresentando um total de cinco notícias – o segundo maior número de alusões diretas para qualquer personagem político de nossa pesquisa. Assim como o *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo* fez uso dessas citações para caracterizar o que eles também consideraram como discursos violentos. No contexto da Conferência, *O Estado* citou Castro quando esse teria dito que “tudo que (soasse) a intervencionismo (seria) por nós recebido a tiros de canhão”. Interessante perceber que, aqui, em contraste com o exemplo acima do *Última Hora*, teve-se não apenas uma caracterização negativa da figura de Castro, mas também a apresentação de elementos que comprovariam a suposta política agressiva de Cuba no hemisfério – e, portanto, a ameaça à segurança que Cuba representaria para o sistema interamericano.⁴⁶

Entre todos os personagens políticos analisados, San Tiago Dantas foi o personagem político com o maior número de trechos de seus discursos referenciados nos jornais: no *O Estado de São Paulo* foram trazidas citações em 12 notícias, enquanto no *Jornal do Brasil*, em nove e no *Última Hora*, em cinco. Geralmente, *O Estado de São Paulo* valia-se de referências diretas aos discursos de Dantas na tentativa de desautorizar a argumentação do chanceler. Por exemplo, ao mencionar a

⁴⁵ UH, Fidel: “Brasil não aliena sua dignidade”, 03 janeiro 1962, p. 6

⁴⁶ OESP, Violento desafio do ditador cubano à reunião da OEA; prosseguem os fuzilamentos, 24 janeiro 1962, p. 2.

proposta de neutralização de Cuba, o jornal citou Dantas, que teria apontado que a neutralização seria uma “solução construtiva, que representaria, na prática, a reintegração de Cuba no sistema interamericano – embora numa posição ‘suis generis’ e sem que aquele país abrisse mão, necessariamente, do regime comunista instaurado pelo sr. Fidel Castro”.⁴⁷ Tendo em vista a caracterização negativa que o *Estado* faz do regime comunista, essa referência traz um nuance negativo, a nosso ver, do posicionamento de San Tiago Dantas.

Já o *Jornal do Brasil* usou várias referências diretas do chanceler para embasar o apoio do periódico ao posicionamento assumido pelo Brasil na Conferência. Em sua edição de 30 de janeiro de 1962, já ao final do encontro interamericano, o jornal citou Dantas diretamente, quanto esse teria dito que “não podemos ajudar os Estados Unidos a cometer um erro, só porque eles pensam que estão consertando outro.”⁴⁸ Por meio dessa citação, o jornal implicitamente deixou a entender, via Dantas, que a crítica à posição dos EUA na Conferência não seria a mesma coisa que defender o comunismo em Cuba. O jornal *Última Hora*, por sua vez, faz uso de citações diretas de San Tiago Dantas buscando confirmar a Política Externa Independente como um fator positivo. Das referências encontradas, todas, exceto uma, estão dentro de entrevistas do chanceler sobre questões de política externa em geral, como reatamento de relações com a Rússia e crescimento do mercado brasileiro no exterior. A única citação diferente, contudo, pode ser considerada uma das mais importantes para a compreensão do posicionamento do jornal, uma vez que ao trazer a declaração de que “o Brasil (continuará) afirmando a inexistência de base legal na carta da OEA para

⁴⁷ OESP, O Brasil proporá a “institucionalização” da situação de Cuba, 12 janeiro 1962, contracapa.

⁴⁸ OJB, San Tiago: Brasil não ajudará EUA a errarem de novo, 30 janeiro 1962, p. 4.

adoção de semelhante medida contra o regime cubano”, o *Última Hora* teria demonstrado sua contrariedade quanto à decisão final assumida pela Conferência.⁴⁹

Chamou-nos atenção a ausência de citações diretas do então presidente brasileiro João Goulart sobre a Conferência de Punta del Este nas notícias dos jornais. Nos periódicos *O Estado de São Paulo* e *Última Hora*, não há quaisquer referências diretas a pronunciamentos de Goulart sobre a Conferência, enquanto no *Jornal do Brasil*, apenas uma. Nessa citação o jornal reforça o posicionamento de Goulart – considerado positivo pelo periódico – ao trazer a afirmação do presidente de que o Brasil respeitaria em Punta del Este os princípios de autodeterminação e não-intervenção “a despeito das profundas divergências de caráter ideológico e político entre os dois governos”.⁵⁰ É surpreendente, a nosso ver, o fato de o *Última Hora* não ter dado espaço de fala ao presidente brasileiro nesse tão importante momento da política externa brasileira.

2.2 – Opinião publicada e os países envolvidos

Em relação aos países envolvidos na Conferência de Punta del Este, como era de se esperar, Cuba foi o mais mencionado pelos jornais, aparecendo em 84% das notícias do *Estado de São Paulo*, 81% do *Jornal do Brasil* e 75% do *Última Hora*. Cuba teve suas ações e posicionamentos classificados como negativos na maioria absoluta das reportagens dos dois primeiros jornais – 98% e 95% no *Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*, respectivamente. Entre os vários exemplos que poderíamos citar nesse sentido, gostaríamos de destacar um editorial do *Jornal do Brasil*, no qual esse argumentou que o governo cubano teria sabido tirar “proveito dos instrumentos jurídicos interamericanos que sustentam os princípios da não-intervenção e da

⁴⁹ UH, Conferência chega ao fim: firme o Brasil, 31 janeiro 1962, p. 6.

⁵⁰ OJB, Goulart comunica a Dorticós posição do Brasil, 22 janeiro 1962, capa.

autodeterminação”, favorecendo-se quando lhe era conveniente.⁵¹ Vê-se que Cuba é descrita aqui como um ator político ardiloso que supostamente estaria se aproveitando da benevolência do sistema interamericano para obter benefícios indignos – no caso, a manutenção de influência de um poder externo às Américas (leia-se: URSS), escondido sob o manto de uma falsa soberania.

Já o *Estado de São Paulo* trouxe um tom ainda mais sombrio ao se referir à Cuba. Em reprodução de um editorial do jornal argentino *La Nación* sobre a convocação da Conferência, o *Estado*, indiretamente, declarou que “a agressão não só do comunismo como ideologia, mas também do bloco soviético (estaria se preparando) em solo americano”. De acordo com o jornal, “os homens livres do continente, a Cuba que morre sob o jugo da tirania, não (esperariam) de nossos governos habilidade, astúcia ou oportunismo. (Esperariam) solidariedade.”⁵² Há diversos pontos interessantes nessa passagem. Ao que parece, o periódico estava se contrapondo aqui àqueles que defendiam que a posição do Brasil em Punta del Este seria correta na medida em que demonstrava habilidade, astúcia ou mesmo sabedoria por parte do Brasil (no caso, via chanceler Dantas) – como vimos, exatamente o argumento utilizado pelo *Jornal do Brasil*. A ideia subjacente na passagem do *Estado*, portanto, é a de que, quando se tem algo maior em luta (a “morte” de um país sob o “jugo da tirania”), não seria possível agir de forma pragmática; ao contrário, dever-se-ia prestar “solidariedade” àqueles que delas precisariam para sobreviver. No limite, portanto, coloca-se aqui que quem não defendia a posição norte-americana na Conferência estaria, indiretamente, sendo cúmplice do assassinato do povo cubano. Além disso, na mesma passagem, o *Estado* deixou clara sua percepção de que o

⁵¹ OJB, Cuba: uma opção, 30 dezembro 1961, p. 6.

⁵² OESP, Cuba: opor-se-ia o Uruguai à convocação dos chanceleres, 21 novembro 1961, p. 13.

comunismo seria uma infiltração a ser combatida pelo que chamava de “homens livres”.

No periódico *Última Hora*, Cuba é qualificada majoritariamente de modo positivo. Deve-se ressaltar, contudo, que as menções positivas a Cuba do *Última Hora* referiam-se à maneira pela qual o país teria recebido o posicionamento do Brasil em Punta del Este; atitudes como intervenção em outros países, fuzilamento de cidadãos americanos, e violentas reações contra a imprensa, ao contrário, eram condenadas pelo jornal. Podemos observar menções positivas indiretas à Cuba quando o *Última Hora* destacou o discurso do presidente Dorticós em referência ao Brasil: de acordo com Dorticós, Cuba aceitaria as sugestões brasileiras “como base de discussão, visando ao entendimento pan-americano”.⁵³ Apesar das menções positivas sobre Cuba, imaginávamos que o percentual de referências ao país pelo *Última Hora* seria maior em razão do fato de o encontro interamericano ter tido como pauta a questão cubana.

Os Estados Unidos foram o país menos citado pelos três jornais analisados.⁵⁴ Nos jornais *Última Hora* e *Jornal do Brasil*, Washington foi mencionado em apenas 30% e 43% das notícias, respectivamente. Ambos classificaram as ações norte-americanas como negativas. O jornal *Última Hora* apresentou um percentual maior de referências negativas aos Estados Unidos (88%), apesar de nos ter surpreendido o número pequeno de menções a Washington. A grande crítica do jornal deu-se com relação à política intervencionista dos Estados Unidos, algo que pode ser claramente observado em uma reportagem que reproduz trechos de um artigo de Faure Chomon, então embaixador de Cuba em Moscou. Nele, o embaixador cubano teria afirmado que “as intenções de Washington”, no sentido de intervir em Cuba, como havia sido

⁵³ UH, Cuba aceita (em princípio) plano do Brasil, 24 janeiro 1962, p. 6.

⁵⁴ Esse resultado desconsidera a análise unitária dos demais países da OEA, que foram agrupados em uma mesma categoria.

tentado em abril de 1961, no episódio da Baía dos Porcos, seriam “tão evidentes que (seria) inútil frisar seu caráter ilegal”.⁵⁵

No caso do *Jornal do Brasil*, apesar de menções aos Estados Unidos terem sido majoritariamente negativas, deve-se destacar que a diferença entre os percentuais positivo e negativo foi pequena: apenas 3%. Enquanto elogiava os objetivos gerais dos Estados Unidos para o hemisfério, o *Jornal do Brasil* criticava os meios usados para atingi-los. O periódico chegou a dizer isso diretamente em uma reportagem: “em Punta del Este (estariam) em franca divergência os Governos do Brasil e dos Estados Unidos que, no entanto, (estariam perseguindo) os mesmos objetivos finais” – no caso, subentende-se, a paz e a manutenção de uma América Latina livre da ameaça comunista.⁵⁶ Percebe-se que o *Jornal do Brasil*, apesar de ser contrário ao comunismo, não defendia que os meios para a proteção do sistema interamericano se dessem por meio de sanções compulsórias, ou mesmo pela expulsão de Cuba da OEA, como defendiam os Estados Unidos.

Já no *Estado de São Paulo*, os Estados Unidos aparecem em 41% das reportagens, sendo seus atos classificados majoritariamente de maneira positiva (89%). O jornal enaltece a firmeza do posicionamento norte-americano, destacando sua disponibilidade em ceder “dentro dos limites do possível”, mantendo, por outro lado, a determinação em condenar o regime cubano de uma maneira que não fosse “meramente moral, mas (devendo) fundamentar-se em razões de ordem prática.”⁵⁷ Mesmo cedendo na questão das sanções, os Estados Unidos buscavam uma condenação que trouxesse implicações não apenas morais, mas também efetivas a Cuba.

⁵⁵ UH, Punta del Este: a voz de Cuba será acusadora, 10 janeiro 1962, p. 6.

⁵⁶ OJB, Brasil e Estados Unidos querem as mesmas coisas, mas estão em desacordo, 17 janeiro 1962, p. 4.

⁵⁷ OESP, Em lugar de sanções contra Cuba os Chanceleres expulsariam ou suspenderiam seu governo da OEA, 24 janeiro 1962, capa.

2.3 – Opinião publicada e os momentos da Conferência

A fim de compreender a representatividade de cada momento da Conferência na cobertura do evento pela mídia impressa, discriminamos nossa análise por períodos, a saber: os meses que precedem a VIII RMRE, tomando-se como ponto inicial sua convocação (10/11/1961); o momento da Conferência em si (22/01/1962 a 30/01/1962) e os meses seguintes ao seu término, assumindo-se como parâmetro máximo a ocorrência de outro evento de relevo para a política externa brasileira, que foi a viagem do presidente Goulart aos Estados Unidos no final de março de 1962.

No jornal *O Estado de São Paulo*, a convocação e preparação para a Conferência foram pouco citadas dentro do universo total de reportagens, sendo essas menções quase totalmente positivas. Isso significa que a Conferência só teria se tornado um fato considerado importante pelo jornal no momento em que o evento começou. Mais uma vez, dada a posição de alguns estudiosos de que a Conferência teria sido um momento de grande manifestação da opinião pública brasileira sobre o ponto de política externa, e tendo em vista que o *Estado* foi o periódico que mais noticiou a reunião interamericana, o pequeno acompanhamento do jornal no período pré-evento constituiu uma evidência inesperada para nós, pondo em dúvida, talvez, a afirmação da literatura nesse sentido.

Entre as poucas vezes que o *Estado* manifestou-se sobre o contexto pré-Conferência (18%), é de se destacar a reportagem do jornal notificando o apoio do Peru à proposta colombiana para a “realização de uma reunião ministerial interamericana, a fim de se examinar o problema da defesa do hemisfério ocidental em face da ameaça comunista.”⁵⁸ Percebe-se como o jornal deixou claro desde a convocação sua posição contrária ao comunismo, considerando o pedido de realização

⁵⁸ OESP, Nova advertência de Castro contra riscos da burocracia: O Peru apoiaria o pedido da Colômbia, 12 novembro 1961, p. 16.

de uma conferência bastante positivo, uma vez que ali se discutira o que considerava uma ameaça comunista ao hemisfério.

No *Jornal do Brasil* e no *Última Hora*, o período de convocação foi mais citado – 24% e 36%, respectivamente –, sendo considerado como um movimento negativo. Ambos foram contrários à convocação de uma conferência, pois acreditavam que isso poderia enfraquecer a unidade interamericana. Um exemplo significativo nesse sentido deu-se quando o *Jornal do Brasil* classificou os pedidos de uma conferência de chanceleres como uma “ação intempestiva”.⁵⁹ O *Última Hora* foi ainda mais direto ao dizer que o pedido colombiano para a realização de uma reunião de consulta sobre a segurança hemisférica teria sido mal formulado, já que a convocação nos moldes apresentados representaria um risco à integridade do sistema interamericano. Segundo o jornal, mesmo que a situação política no continente pudesse demandar uma reunião de consulta, “a proposição do Governo de Bogotá (deveria) estar melhor fundada juridicamente, a fim de que efetivamente pudesse ser invocado o Tratado do Rio de Janeiro.”⁶⁰

No que tange ao período de realização da Conferência, o *Última Hora* apresentou baixo número de menções (35%), todas elas negativas. Mais uma vez, a pequena representatividade de notícias durante o momento do evento no mais importante jornal de esquerda do país pareceu-nos um dado surpreendente. Um exemplo de reportagem do *Última Hora* sobre o tema deu-se quando o jornal afirmou que “o ambiente inicial da Conferência, de ‘cauteloso otimismo’, transformou-se desde ontem em franca preocupação”.⁶¹ É interessante observar como o jornal descreve a atmosfera do encontro sempre como um ambiente tenso, de início velado pelo ‘otimismo cauteloso’ para mais tarde ter se tornado exposto, dada a ‘franca

⁵⁹ OJB, Um grave erro, 18 novembro 1961, p. 6.

⁶⁰ UH, Posição do Brasil não mudou em relação a Cuba, 06 dezembro 1961, p. 6.

⁶¹ UH, Punta del Este: aumenta pressão anti-Cuba, 23 janeiro 1962, p. 6.

preocupação' causada pelo o que ele classificou como "pressão dramática contra Cuba".⁶² Enquanto isso, *O Estado de São Paulo* e o *Jornal do Brasil* citaram bastante a VIII RMRE – em ambas 56% das reportagens –, considerando-a positiva para o continente. *O Estado de São Paulo* acreditava que a Conferência estava sendo positiva, pois, como defendia o secretário de Estado norte-americano Dean Rusk, seus participantes estariam "em geral dispostos a reafirmar os principais fundamentos do sistema interamericano, a declarar que Cuba (teria violado) esses princípios e a condenar o citado país 'por ter abandonado o Hemisfério'".⁶³ Percebe-se aqui o desejo do jornal a favor de uma dura condenação a Cuba. O *Jornal do Brasil*, por outro lado, reconhecia que a Conferência estaria sendo positiva na medida em que parecia ter caminhado para "um acordo quanto às medidas que (deveriam) ser coletivamente adotadas a fim de impedir a penetração da influência castrista no Hemisfério".⁶⁴ O periódico enxergava a Conferência como sendo positiva, visto que tomaria medidas contra a ameaça comunista.

Por fim, o momento que sucedeu a Conferência foi o menos mencionado pelos três jornais, sendo considerado por todos como positivo. No *Estado de São Paulo* o período foi apontado em 19% das reportagens totais sobre o encontro interamericano, tendo sido classificado como positivo em 78% delas. Apesar de o jornal ter defendido medidas mais duras contra Cuba, como sanções militares, políticas e econômicas, o periódico mostrou satisfação com a expulsão do país da OEA. Acreditava-se que essa medida protegeria o sistema interamericano de uma "ameaça comunista". Isso pode ser observado em seu editorial de 2 de fevereiro de 1962 sobre a declaração de San

⁶² UH, Pressão dramática contra Cuba, 23 janeiro 1962, capa.

⁶³ OESP, O que esperam os Estados Unidos da reunião dos chanceleres, 23 janeiro 1962, p. 2.

⁶⁴ OJB, Punta del Este tende à conciliação, 26 janeiro 1962, p. 4.

Rafael – resolução aprovada ao término da Conferência.⁶⁵ Para o jornal, tal declaração teria projetado “todo o Hemisfério como a fortaleza inexpugnável da democracia mundial”.⁶⁶ Interessantemente, pode-se dizer que, em termos gerais, essa era a posição do governo norte-americano sobre o significado da Conferência de Punta del Este: o hemisfério teria obtido uma vitória contra o totalitarismo, na medida em que Cuba, que não seria mais um país soberano desde que proclamara sua adesão ao comunismo, representaria uma interferência do regime soviético nas Américas. Com Cuba expulsa da OEA, porém, os países americanos teriam se protegido dessa ameaça totalitária, defendendo seus regimes democráticos.

O Jornal do Brasil, por sua vez, mencionou o período pós-Conferência em apenas 10% de suas notícias, qualificando-o positivamente em 54% delas. Nota-se como nesse jornal o percentual de aprovação do resultado da Conferência foi menor. Isso se explica pelo fato de *O Jornal do Brasil* ter defendido os princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos – algo que claramente não se deu na Conferência, já que Cuba foi expulsa da OEA sobretudo por ser comunista. Apesar disso, o periódico viu o resultado do encontro de forma positiva, como pode ser observado em sua reportagem sobre o retorno de San Tiago Dantas de Punta del Este. Nela, o jornal destacou as palavras do chanceler, segundo o qual a reunião teria sido “uma vitória do Hemisfério e uma afirmação dos países americanos na luta pela democracia e contra a ação subversiva do comunismo internacional”.⁶⁷

Por fim, o jornal *Última Hora* fez alusão ao pós-Conferência em 16% de suas reportagens, qualificando o período positivamente em todas elas. Assim como o *Jornal do Brasil*, o jornal *Última Hora* apoiou a posição da delegação brasileira,

⁶⁵ A declaração de San Rafael foi a resolução final da Conferência de Punta del Este, em que ficou decidido pela expulsão de Cuba da OEA e da JID (Avila 2011, 62).

⁶⁶ OESP, O exemplo das Américas, 02 fevereiro 1962, p. 3.

⁶⁷ OJB, San Tiago: Américas saíram mais unidas de Punta del Este, 03 fevereiro 1962, p. 3.

tendo sido contrário à expulsão de Cuba da OEA. Apesar disso, o periódico qualificou de forma muito positiva os resultados da Conferência, mesmo tendo ressaltado sua desaprovação quanto aos meios pelos quais se teria chegado a esse resultado. O fato de a expulsão de Cuba ter acontecido mesmo com a abstenção dos maiores países latino-americanos na votação foi considerado pelo *Última Hora* como algo extremamente negativo para o sistema interamericano – apesar de, do ponto de vista da legitimidade, ter representado uma dura derrota para Washington. Esse aspecto pode ser observado no pronunciamento de Dórticos sobre a Conferência, reproduzido pelo jornal, no qual ele afirma que os Estados Unidos teriam “posto a descoberto sua posição desprestigiada, (tendo) que retroceder e aceitar resultados mínimos à custa da divisão interna do sistema interamericano.”⁶⁸ Ainda assim, mesmo tendo considerado a expulsão de Cuba um ato drástico, o jornal enxergava esse como tendo sido um resultado mais brando do que potenciais sanções compulsórias. Destaca-se também que o fato de o jornal ter considerado essa uma vitória da “consciência democrática da América Latina.”, na medida em que (infere-se) as maiores democracias do continente, com exceção dos EUA, abstiveram-se sobre a questão da expulsão de Cuba da OEA.⁶⁹

2.4 – Considerações gerais

Pela análise que fizemos acima, percebe-se a presença de poucos denominadores comuns aos três jornais. O que se observa claramente são dois grupos nas análises. Um primeiro grupo colocou-se contrário ao modelo que Cuba representava para o hemisfério americano, enquanto um segundo grupo mantinha um posicionamento menos crítico nesse sentido, deixando a entender que a escolha que

⁶⁸ UH, Satisfeito o Brasil com Punta del Este, 01 fevereiro 1962, p. 6.

⁶⁹ UH, Punta del Este, 03 fevereiro 1962, p. 4.

Cuba fizesse com relação à sua forma de organização social não impactaria, necessariamente, no sistema interamericano. Dentro de ambos os grupos também há posições comuns e divergentes, sobretudo no que se referia à melhor atitude a ser tomada pelo governo brasileiro com relação à Cuba. No primeiro grupo, encontram-se *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*, ambos contrários a Fidel Castro e às posições que Cuba vinha adotando, tais como a expropriação de bens pertencentes a firmas americanas e o fuzilamento de cidadãos americanos. Já sobre a posição adotada pelo Brasil na Conferência há discordância entre eles: enquanto *O Estado de São Paulo* foi contra os posicionamentos do Brasil e de San Tiago Dantas, o *Jornal do Brasil* mostrou-se favorável. Já o segundo grupo é composto pelo jornal *Última Hora* e também pelo *Jornal do Brasil*, na medida em que ambos concordavam com a política externa do Brasil com relação à Cuba, e defendiam os princípios de autodeterminação dos povos e não-intervenção. Assim como no primeiro grupo, nesse também houve divergências, mas sobre as atitudes de Castro. Exemplos disso foram a declaração de Castro de uma possível libertação de presos políticos e suas afirmações de que Cuba não seria a favor da guerra, sendo sua política a de não-agressão.⁷⁰

O primeiro grupo de periódicos está localizado à direita do espectro político, enquanto o segundo grupo, mais à esquerda. Vale destacar também que, em todos os jornais, países são muito mais citados do que seus personagens políticos. Quando uma notícia fala de um país como sujeito de uma ação – tal como ao tomar ação ou decisões –, percebe-se a personificação do Estado, como se o país fosse uma pessoa, uma unidade dentro da qual todos concordassem. Esse não era o caso, porém, como muitas vezes os próprios jornais mostravam. Em algumas notícias, por exemplo, nota-se que determinadas decisões não teriam tido respaldo da sociedade civil, ou mesmo

⁷⁰ UH, Fidel: Brasil não aliena sua dignidade, 03 janeiro 1962, p. 6.

de outros políticos do período. Dois casos expressivos a serem ressaltados é o da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT) e dos ex-chanceleres brasileiros. A ORIT enviou uma mensagem endereçada aos chanceleres participantes da Conferência de Punta del Este. Nela, a organização teria clamado por medidas fortes contra Cuba, uma vez que acreditava não ser possível o restabelecimento da harmonia continental caso a “OEA não (adotasse) e os governos não (aplicassem) medidas tendentes a desterrar definitivamente dos países da América tudo o que (significasse) despotismo e desprezo pelo ser humano”.⁷¹ Aqui se percebe outro organismo regional, com presença em vários dos países presentes na Conferência, discordando do posicionamento de alguns deles, e defendendo o que achava ser a melhor forma para lidar com a questão do comunismo.⁷²

Já o caso dos ex-chanceleres brasileiros assinala bem a dissidência que pode acontecer internamente em um país. Quatro ex-chanceleres brasileiros – João Neves da Fontoura (janeiro de 1951 a junho 1953), Vicente Rao (julho de 1953 a agosto de 1954), José Carlos de Macedo Soares (novembro de 1955 a junho de 1958) e Horácio Lafer (agosto de 1959 a janeiro de 1961) – enviaram ao governo um memorando pedindo pelo rompimento de relações diplomáticas com Cuba e sua expulsão da OEA. Contrários ao comunismo, os chanceleres afirmam que não há necessidade do uso da força em Cuba, entretanto, “se, como é impositivo, queremos manter a Organização dos Estados Americanos e opor uma barreira à invasão do comunismo”, os países latino-americanos teriam de buscar “uma solução que (preservasse) a unidade de nossas Repúblicas, (renovasse) nossa fé na Democracia e na Liberdade e nossa

⁷¹ OJB, ORIT pede exclusão de Cuba, 21 janeiro 1962, p. 7.

⁷² A Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT) foi criada em 1951 como uma afiliada regional da *International Confederation of Free Trade Unions* (ICFTU). Na década de 1950 a ICFTU/ORIT estabeleceu um de seus escritórios no Rio de Janeiro com o propósito de juntar uniões comerciais contrárias à União Soviética (Colistete 2012, 669). Destaca-se, então, que desde a sua fundação a ORIT tinha uma forte relação com o governo dos Estados Unidos e, dada a sua orientação política, não seria surpresa seu descontentamento com a posição do Brasil na Conferência.

repulsa ao predomínio do totalitarismo, que, por definição, é contrário ao espírito dos povos Novo Mundo.”⁷³ Percebe-se então que tratar países como atores unitários seria algo complicado.

Dessa maneira, observa-se a ausência de um processo de polarização da opinião publicada, pelos menos tomando-se como parâmetro os jornais com posições políticas moderada e à esquerda (representadas, respectivamente, por *Jornal do Brasil* e *Última Hora*). Um aspecto a ser ressaltado está na representatividade de nossa amostra. Conforme apresentado anteriormente, foram selecionados jornais a partir de uma amostra que fosse mais ou menos representativa do espectro de posições políticas da sociedade (conservadora, moderada e esquerda), e não representativas do universo de periódicos do país. De um lado, se a análise dos periódicos mostrou uma clara dissonância entre *O Estado de São Paulo* e o *Última Hora*, tendo o *Jornal do Brasil* atuado como uma espécie de ponte entre esses dois extremos; do outro, excluindo a insatisfação generalizada com o comunismo e posicionamentos críticos com relação ao governo de Cuba (mesmo no caso do *Última Hora*), o que se percebe por meio da nossa amostra de opinião publicada é um maior apoio à PEI no caso da Conferência de Punta del Este.

Deve-se destacar ainda a existência de um único ponto em comum aos jornais. Conforme apresentado anteriormente, os três concordam que os resultados da Conferência teriam sido positivos, apesar de por motivos distintos. O *Estado de São Paulo*, que esperava medidas mais fortes contra Cuba, se satisfez com sua expulsão da OEA, pois enxergava essa medida como uma forma de proteção ao sistema interamericano. O *Jornal do Brasil*, defendendo os princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos, também qualificou como positivo o resultado da

⁷³ OESP, Quatro ex-chanceleres pedem a condenação de Cuba em Punta del Este, 18 janeiro 1962, contracapa.

Conferência, entretanto em proporção menor do que *O Estado de São Paulo*. Considerou o resultado positivo, na medida em que essa teria sido uma vitória do hemisfério contra o comunismo. Por fim, o jornal *Última Hora*, também contrário à expulsão de Cuba, acabou classificando tal expulsão como um resultado positivo. O jornal destacou e desaprovou o fato de esse resultado ter sido alcançado sem o voto dos maiores países latino-americanos, além de tê-lo considerado menos drástico do que poderia ter sido.

Conforme destacado no início desta dissertação, a opinião publicada é apenas uma parcela da opinião pública. Logo, é limitado tomá-la como sinônimo do todo. Assim, buscou-se também pesquisas de opinião pública realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) nos anos de 1961 e 1962. A seção seguinte analisará os dados das pesquisas encontradas e tentará traçar um paralelo entre eles e os resultados encontrados nos jornais. Dessa forma, além de cobrir uma parcela maior da opinião pública, o trabalho poderá apontar o quanto do que foi encontrado nos jornais pode também ser identificado nas pesquisas.

3. Opinião pública e a Conferência de Punta del Este

Para compreender de maneira mais aprofundada a opinião pública do período, assim como para refletir sobre a relação entre opinião pública e opinião publicada, buscamos pesquisas de opinião realizadas pelo IBOPE entre os anos de 1961 e 1962.⁷⁴ Sobre temas de política externa, tais como a posição que o Brasil deveria assumir com relação à Cuba, Fidel Castro e à União Soviética, encontramos seis pesquisas específicas.⁷⁵ Uma limitação importante dessas pesquisas refere-se à sua restrição espacial: todas foram realizadas tomando como base somente as populações das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Mesmo assim, considera-se que os dados são bastante significativos, uma vez que essas cidades constituíam algumas das regiões politicamente mais relevantes do país no período. Além disso, como se verá nesta seção, trabalhos recentes sobre opinião pública no governo Goulart baseados em pesquisas de abrangência nacional apresentaram resultados semelhantes aos destas pesquisas de abrangência municipal.⁷⁶

Entre as pesquisas selecionadas, destacam-se as Pesquisas Especiais (PE) de número 42, 43 e 48 do IBOPE. Estas pesquisas são cruciais para nós na medida em que foram realizadas entre janeiro e fevereiro de 1962 – ou seja, durante ou logo após o período da Conferência de Punta del Este. Elas representam, talvez, a melhor fotografia que poderíamos ter da opinião pública brasileira acerca desse importante evento para a política externa brasileira. As três pesquisas em questão tiveram como

⁷⁴ Deve-se destacar o trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta que estuda as pesquisas de opinião realizadas pelo IBOPE em 1964 visando analisar o apoio ao golpe e à ditadura. Ver Motta (2015). As pesquisas do IBOPE, porém, além de terem dado pouco foco a questões de política externa, restringiam-se, normalmente, a grandes centros urbanos, como a cidade de São Paulo e o estado da Guanabara (atual cidade do Rio de Janeiro).

⁷⁵ Fundo IBOPE, Pesquisas Especiais, MR 0271, PE 036, 1961, Vol. 2; MR 0271/PE 037/1961/Vol. 3; MR 0273/PE 042/1962/Vol. 3; MR 0273/PE 043/1962/Vol. 4; e MR 0274/PE 048/1962/Vol. 9, Arquivo Edgard Leuenroth, Universidade Estadual de Campinas (a seguir, AEL-Unicamp).

⁷⁶ Uma lista com todas as pesquisas utilizadas por esse trabalho e maiores informações sobre elas pode ser encontrada no Apêndice.

foco a posição do Brasil com relação à Cuba e ao reestabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética. Sobre o primeiro ponto, quando arguidos sobre qual atitude o governo brasileiro deveria adotar diante do regime implantado em Cuba, a opinião pública das cidades de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo demonstrou amplo apoio à linha da neutralidade – 53%, 56% e 59% dos entrevistados, respectivamente (tabela 1). Apesar de o percentual daqueles que consideravam que Cuba deveria ser ativamente combatida não ter sido pequeno, perfazendo entre 20% a 27% do total, vê-se que a linha de neutralidade, que correspondia, de certo modo, à posição adotada pelo país na Conferência de Punta del Este, era a preferida entre os brasileiros residentes nessas três cidades.

Tabela 1 - Opinião pública em cidades brasileiras selecionadas sobre a posição do governo brasileiro diante do regime implementado por Fidel Castro em Cuba, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, Janeiro e Fevereiro, 1962 (em %)*

	Rio de Janeiro	São Paulo	Brasília
Deve aproximar-se dele	5,0	8,0	6,0
Deve combatê-lo	27,0	20,0	23,0
Deve manter-se neutro	56,0	59,0	53,0
Não sabem	12,0	13,0	18,0

Fonte: Fundo IBOPE/ Pesquisas Especiais/ MR 0273/ PE 042/ 1962/ Vol. 3, Fundo IBOPE/ Pesquisas Especiais/ MR 0273/ PE 043/ 1962/ Vol. 4, Fundo IBOPE/ Pesquisas Especiais/ MR 0274/ PE 048/ 1962/ Vol. 9, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-Unicamp)

Notas: * Para informações sobre datas de realização e amostra das pesquisas, ver Apêndice A. A pergunta específica feita aos entrevistados foi: "Na sua opinião, qual a posição que o governo brasileiro deve adotar em relação ao regime que Fidel Castro implantou em Cuba?"

É de se destacar o baixo percentual daqueles que não souberam responder ao questionamento sobre a posição do Brasil perante Cuba: mínimo de 12% no Rio de Janeiro e máximo de 18% em São Paulo (tabela 1). O fato de as três cidades apresentarem valores relativamente baixos – tomando-se como referência o alto grau

de analfabetismo existente mesmo nos grandes centros urbanos brasileiros à época – indica que em todas as três cidades havia uma mínima compreensão sobre o caso cubano e, o mais importante, sobre como o governo brasileiro deveria se posicionar diante da questão.⁷⁷

Discriminando-se a mesma pergunta por gênero, grau de instrução e categoria socioeconômica, percebe-se que as características da opinião pública das três cidades foram mantidas em suas linhas gerais. Como se pode observar na tabela 2, em todos os recortes realizados, o IBOPE encontrou um alto apoio à linha de neutralidade do Brasil perante Cuba. Em apenas três recortes (pessoas de nível primário de Brasília, e pessoas de gênero feminino das cidades de Brasília e São Paulo), o apoio mostrou-se inferior à maioria simples dos entrevistados (47%, 48% e 49%, respectivamente). Nos demais casos, porém, inclusive naqueles pertinentes à classe mais rica (classe A) das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, a maioria absoluta dos entrevistados opinou favoravelmente à neutralidade. Verifica-se, portanto, como o apoio à linha de neutralidade brasileira com relação à Cuba era generalizado, e não proveniente de um único gênero, grau de instrução ou categoria socioeconômica – o que, a nosso ver, torna esse dado ainda mais surpreendente.

⁷⁷ A taxa de analfabetismo no Brasil na década de 1960 era de 40% da população. Ressalta-se ainda que ela era maior entre as mulheres e pessoas da raça negra. Para maiores informações ver artigo do IPEA “O analfabetismo no Brasil sob o enfoque demográfico”, disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0639.pdf>, Acesso em 21/07/2016. Para mais informações sobre a alfabetização no Brasil por sexo e raça ver o artigo do IPEA “Alfabetização por sexo e raça no Brasil: um modelo linear generalizado para explicar a evolução no período 1940 – 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1003.pdf> Acesso em 21/07/2016.

Tabela 2 - Opinião pública em cidades brasileiras selecionadas sobre a posição do governo brasileiro diante do regime implementado por Fidel Castro em Cuba, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, por substrato, Janeiro e Fevereiro, 1962 (em %)*

		Deve manter-se neutro		
		São Paulo	Rio de Janeiro	Brasília
Sexo	Masculino	64,0	57,0	56,0
	Feminino	49,0	54,0	48,0
Grau de Instrução	Superior	61,0	55,0	51,0
	Secundário	66,0	60,0	60,0
	Primário	55,0	53,0	47,0
Categoria Sócio-Econômica	Classe A	55,0	53,0	-
	Classe B	63,0	56,0	-
	Classe C	56,0	58,0	-
	Classe D	55,0	53,0	-

Fonte: Fundo IBOPE/ Pesquisas Especiais/ MR 0273/ PE 042/ 1962/ Vol. 3, Fundo IBOPE/ Pesquisas Especiais/ MR 0273/ PE 043/ 1962/ Vol. 4, Fundo IBOPE/ Pesquisas Especiais/ MR 0274/ PE 048/ 1962/ Vol. 9, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-Unicamp)

Notas: * Para informações sobre datas de realização e amostra das pesquisas, ver Apêndice A. A pergunta específica feita aos entrevistados foi: "Na sua opinião, qual a posição que o governo brasileiro deve adotar em relação ao regime que Fidel Castro implantou em Cuba?"

Os dados trazidos pelas Pesquisas Especiais 42, 43 e 48 do IBOPE podem ser comparados com os resultados de uma pesquisa de opinião de abrangência nacional (exceto áreas rurais) encomendada pela *United States Information Agency* (USIA) para o Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (INESE) em outubro de 1962. Conforme apresentado por Loureiro, Guimarães e Schor (2015), entre os cidadãos entrevistados 50,6% mostraram-se favoráveis à manutenção de uma política externa neutralista pelo Brasil – isto é, sem que o país se alinhasse fosse com Estados Unidos, fosse com a União Soviética. Apesar disso, um fator importante foi o grande apoio

expresso pelos que opinaram sobre o tema quanto ao alinhamento com os Estados Unidos, que chegou a 48,1% dos entrevistados. Os autores concluem que esse apoio teria se devido, entre outros fatores, ao compartilhamento de valores capitalistas ocidentais entre as sociedades brasileira e norte-americana, como a defesa da propriedade privada, por exemplo (Loureiro, Guimarães e Schor 2015, 109-10).

Há ainda nas pesquisas do IBOPE por nós consultadas uma outra questão que revela adesão da opinião pública dos grandes centros urbanos brasileiros à Política Externa Independente. Arguidos sobre se o reestabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética pelo Brasil em novembro de 1961 teria sido um “ato acertado” ou um “ato errado”, a maioria absoluta dos entrevistados nas três cidades selecionadas respondeu que o ato teria sido correto. Em contraste com a pergunta anterior, porém, sobre o posicionamento de política externa que o Brasil deveria adotar, neste caso verificou-se uma parcela maior de pessoas que não sabia responder – parcela que atingiu 28% do total de entrevistados em São Paulo (tabela 3). Apesar disso, esse percentual ainda estava muito longe do número daqueles que concordavam com a linha neutralista adotada pelo governo brasileiro.

É interessante que Loureiro, Guimarães e Schor apresentam como a opinião dos brasileiros em relação à União Soviética era bastante negativa no final de 1962. Daqueles que responderam a essa questão, 55,6% tinham uma opinião negativa ou muito negativa sobre a URSS, enquanto 25,4% não tinham opinião. Aqueles que apresentaram opinião positiva ou muito positiva em relação a Moscou representaram somente 19% do total de entrevistados (Loureiro, Guimarães e Schor 2015, 109). Percebe-se, então, como o descontentamento com o comunismo parecia ser grande entre os brasileiros. Conforme apresentado acima, entretanto, o apoio à neutralidade

também era forte, de maneira que inferimos que mesmo contrários ao comunismo os brasileiros apoiavam, pragmaticamente, a retomada das relações com Moscou.

Tabela 3 - Opinião pública em cidades brasileiras selecionadas sobre o restabelecimento de relações diplomáticas com a Rússia por parte do governo brasileiro, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, Janeiro e Fevereiro, 1962 (em %)*

	Rio de Janeiro	São Paulo	Brasília
Ato acertado	53,0	52,0	51,0
Ato errado	26,0	20,0	25,0
Não sabem	21,0	28,0	24,0

Fonte: Fundo IBOPE/ Pesquisas Especiais/ MR 0273/ PE 042/ 1962/ Vol. 3, Fundo IBOPE/ Pesquisas Especiais/ MR 0273/ PE 043/ 1962/ Vol. 4, Fundo IBOPE/ Pesquisas Especiais/ MR 0274/ PE 048/ 1962/ Vol. 9, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-Unicamp)

Notas: * Para informações sobre datas de realização e amostra das pesquisas, ver Apêndice A. A pergunta específica feita aos entrevistados foi: "A seu ver, o restabelecimento de relações diplomáticas com a Rússia foi um ato acertado ou considerado um erro do Governo Brasileiro?"

No que se refere às discriminações por sexo, instrução e renda, verificamos, tal como na primeira pergunta sobre Cuba, que essas características foram encontradas em todos os recortes feitos pelo IBOPE. Ressalta-se somente algumas variações entre as repostas na subcategoria sexo, onde foram observadas diferenças entre as respostas de homens e mulheres, assim como na subcategoria socioeconômica, onde foi encontrado um apoio menor da classe D. Conforme apresentado na tabela 4, essa diferença percentual foi considerável. Em São Paulo, 62% dos homens acreditavam que a reaproximação com a União Soviética teria sido um ato acertado, enquanto o percentual feminino foi de apenas 34%. Em Brasília, observou-se o mesmo movimento, com 58% dos indivíduos do sexo masculino percebendo essa atitude como um acerto, em contraste com apenas 36% das pessoas do sexo feminino. Outra diferença importante está na categoria socioeconômica, onde

os resultados se mantiveram similares em todas as classes, menos na classe D da cidade de São Paulo, onde somente 37% dos entrevistados acreditavam ser um ato acertado o restabelecimento de vínculos com Moscou. É interessante perceber como a falta de instrução de grupos de baixa renda provavelmente deve ter influído nesse resultado.

Tabela 4 - Opinião pública em cidades brasileiras selecionadas sobre o restabelecimento de relações diplomáticas com a Rússia por parte do governo brasileiro, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, por substrato, Janeiro e Fevereiro, 1962 (em %)*

		Ato Acertado		
		São Paulo	Rio de Janeiro	Brasília
Sexo	Masculino	62,0	58,0	58,0
	Feminino	34,0	45,0	36,0
Grau de Instrução	Superior	67,0	58,0	67,0
	Secundário	59,0	59,0	61,0
	Primário	48,0	48,0	39,0
Categoria Sócio-Econômica	Classe A	62,0	52,0	-
	Classe B	59,0	57,0	-
	Classe C	51,0	52,0	-
	Classe D	37,0	50,0	-

Fonte: Fundo IBOPE/ Pesquisas Especiais/ MR 0273/ PE 042/ 1962/ Vol. 3, Fundo IBOPE/ Pesquisas Especiais/ MR 0273/ PE 043/ 1962/ Vol. 4, Fundo IBOPE/ Pesquisas Especiais/ MR 0274/ PE 048/ 1962/ Vol. 9, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-Unicamp)

Notas: * Para informações sobre datas de realização e amostra das pesquisas, ver Apêndice A. A pergunta específica feita aos entrevistados foi: "A seu ver, o restabelecimento de relações diplomáticas com a Rússia foi um ato acertado ou considerado um erro do Governo Brasileiro?"

Outra pesquisa do IBOPE relevante para o nosso estudo é a Pesquisa Especial de número 36, realizada nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo em janeiro de

1961 – isto é, mais de um ano antes da realização da Conferência de Punta del Este. Em contraste com as pesquisas anteriores, os resultados encontrados aqui apresentaram algumas diferenças. Por exemplo, quando perguntados sobre se o governo de Fidel Castro representaria uma ameaça para o continente, a resposta com o maior percentual foi a de que o governo castrista não constituiria uma ameaça, com 37% e 34% do total nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente. Vê-se que, apesar de o sentido geral dessa resposta ter ido ao encontro das pesquisas analisadas anteriormente sobre o posicionamento a ser adotado pelo Brasil com relação à Cuba, neste caso a pesquisa apresenta uma reduzidíssima maioria diante daqueles que achavam que o governo castrista representava, sim, um perigo para o continente (tabela 5).

Tabela 5 - Opinião pública em cidades brasileiras selecionadas sobre o governo de Fidel Castro representar uma ameaça ao continente, Rio de Janeiro e São Paulo, por categoria socioeconômica, Janeiro de 1961 (em %)*

Rio de Janeiro					
	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Total
Sim	42,0	42,0	29,0	27,0	33,0
Não	29,0	33,0	39,0	38,0	37,0
Não Opina	7,0	6,0	8,0	9,0	8,0
Não sabe	22,0	19,0	24,0	26,0	22,0
São Paulo					
	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Total
Sim	37,0	37,0	33,0	25,0	33,0
Não	36,0	36,0	33,0	31,0	34,0
Não Opina	11,0	11,0	11,0	15,0	12,0
Não sabe	16,0	16,0	23,0	29,0	21,0

Fonte: Fundo IBOPE/ Pesquisas Especiais/ MR 0271/ PE 036/ 1961/ Vol. 2, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-Unicamp)

Notas: * Para informações sobre datas de realização e amostra das pesquisas, ver Apêndice A. A pergunta específica feita aos entrevistados foi: "Na sua opinião, esse governo representa uma ameaça para o resto do Continente?"

Esses valores podem ser considerados similares àqueles apresentados por Loureiro, Guimarães e Schor, que demonstram o quão negativamente a figura de Castro era vista pelos brasileiros. Daqueles que opinaram em 1961 na pesquisa de abrangência nacional analisada pelos autores, 50% tinham uma opinião negativa ou muito negativa com relação ao líder cubano, enquanto aqueles que não tinham opinião somavam 28,6%. Já os que tinham opinião positiva ou muito positiva do líder cubano

constituíam apenas 21.4% dos que responderam à questão (Loureiro, Guimarães e Schor 2015, 109).

Um fator que, baseando-nos nos jornais analisados, pode ter contribuído para essa imagem negativa de Castro foram algumas de suas atitudes, como o fuzilamento de cidadãos norte-americanos e a expropriação de bens de empresas norte-americanas. E, de fato, isso pode ser observado na quarta questão da pesquisa 36, onde 54% e 66% dos entrevistados em São Paulo e no Rio, respectivamente, acreditavam que teriam sido injustos esses fuzilamentos. Destaca-se ainda que uma pequena minoria apoiava tais atitudes do governo cubano, enquanto o restante dos entrevistados não soube ou não opinou. A mesma tendência, contudo, em menor proporção, pode ser encontrada no que se referia à expropriação de bens. Enquanto no Rio de Janeiro 46% dos indivíduos enxergavam essa medida como algo injusto, em São Paulo esse percentual ficou em 34%. Deve-se ressaltar que nessa questão o apoio ao governo cubano já havia se mostrado maior do que na questão anterior, apesar de não ter se igualado àqueles que tinham sido contrários.⁷⁸

Isso contrasta de modo agudo com a maioria absoluta da opinião pública de Brasília, Rio e São Paulo que, durante o período da Conferência de Punta del Este, em janeiro de 1962, achava que o Brasil deveria manter-se neutro com relação à Cuba (tabelas 1 a 3). É plausível inferir que aqueles que opinaram a favor da neutralidade no início de 1962 não consideravam Cuba uma ameaça para o hemisfério – se o considerassem, teriam opinado, muito provavelmente, a favor de uma postura assertiva contra o regime castrista. Seria complicado afirmar qual a razão exata dessa diferença, entretanto, enxergamos três possíveis causas: a mudança na opinião pública teria acontecido independentemente do governo; a mudança de governo – saída de

⁷⁸ Fundo IBOPE, Pesquisas Especiais, MR 0271, PE 036, 1961, Vol. 2.

Quadros e entrada de Goulart – teria influenciado a transformação na opinião pública; ou essa teria se mantido a mesma, apesar de a opinião pública de 1962 não enxergar Castro e Cuba como algo unitário.

Em termos de categoria socioeconômica, verificamos outra diferença importante entre as pesquisas de opinião realizadas no início de 1961 e de 1962: enquanto nessas, como vimos, houve pouca diferença nos percentuais de opinião entre as classes; nas pesquisas de 1961, ao contrário, os contrastes foram marcantes. O sentido geral aqui é claro: quanto mais alta a classe, maior tendeu a ser a percepção de ameaça representada pelo governo Castro ao hemisfério – tanto no Rio de Janeiro, quanto em São Paulo. Outro resultado nesse sentido está no grau de instrução, conforme observado na tabela 6. No Rio de Janeiro, por exemplo, a maioria absoluta (55%) dos entrevistados com formação superior acreditava que o regime castrista representava uma ameaça para o continente; em São Paulo, apesar de o percentual ter sido um pouco menor (47%), vê-se que esse percentual constituía a maioria. Assim sendo, quanto mais alto o grau de instrução, maior tendeu a ser a oposição dos entrevistados com relação ao regime Castro nas duas maiores cidades brasileiras no início de 1961.

Outro valor relevante está no número de pessoas que não souberam ou não opinaram sobre a questão do regime castrista enquanto ameaça para o continente. Nota-se que, ao contrário das pesquisas feitas próximas ao período da Conferência, o percentual dos “sem opinião” no início de 1961 foi muito mais elevado, principalmente quando se levam em conta subcategorias socioeconômicas e de gênero. No Rio de Janeiro, esse total ficou em 30%, enquanto em São Paulo, em 33%. Esses dados são bastante relevantes, uma vez que se percebem neles uma divisão da opinião pública não em duas correntes, ou duas partes, mas em três. Na medida em

que a parcela dos entrevistados que não quiseram ou não souberam opinar representava um terço da pesquisa, afirmar que existia uma polarização da opinião pública no início de 1961 nas duas maiores cidades do país parece-nos, nesse sentido, uma simplificação excessiva.

Tabela 6 - Opinião pública em cidades brasileiras selecionadas sobre o governo de Fidel Castro representar uma ameaça ao continente, Rio de Janeiro e São Paulo, por grau de instrução, Janeiro de 1961 (em %)*

	Rio de Janeiro		
	Primária	Secundária	Superior
Sim	27,0	42,0	55,0
Não	36,0	36,0	35,0
Não Opina	8,0	8,0	6,0
Não sabe	29,0	19,0	4,0
	São Paulo		
	Primária	Secundária	Superior
Sim	28,0	41,0	47,0
Não	32,0	38,0	39,0
Não Opina	14,0	10,0	3,0
Não sabe	26,0	11,0	11,0

Fonte: Fundo IBOPE/ Pesquisas Especiais/ MR 0271/ PE 036/ 1961/ Vol. 2, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL- Unicamp)

Notas: * Para informações sobre datas de realização e amostra das pesquisas, ver Apêndice A. A pergunta específica feita aos entrevistados foi: "Na sua opinião, esse governo representa uma ameaça para o resto do Continente?"

A Pesquisa Especial de número 37, porém, realizada apenas dois meses depois nas mesmas duas cidades, sugere que a percepção de ameaça com relação ao governo de Fidel Castro teria diminuído no início do governo Quadros, quando a PEI já estava em vigor. Submetidos à mesma pergunta realizada em janeiro de 1961, referente à

suposta ameaça que o regime castrista representava para o hemisfério, desta vez os entrevistados apresentaram uma tendência maior a ver em Havana um vizinho mais benigno. Se antes se tinha obtido uma maioria simples muito reduzida, agora, apesar de não ter se atingido ainda uma maioria absoluta, vê-se que o percentual daqueles que não identificavam o regime de Castro como uma ameaça ao continente superava em escala considerável aqueles que nutriam opinião contrária (tabela 7).

Tabela 7 - Opinião pública em cidades brasileiras selecionadas sobre o governo de Fidel Castro representar uma ameaça ao continente, Rio de Janeiro e São Paulo, por categoria socioeconômica, Março de 1961 (em %)*

Rio de Janeiro					
	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Total
Sim	42,0	39,0	32,0	28,0	33,0
Não	51,0	44,0	39,0	33,0	39,0
Não Opina	4,0	10,0	15,0	29,0	17,0
Não sabe	3,0	7,0	14,0	10,0	11,0

São Paulo					
	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D	Total
Sim	41,0	38,0	29,0	30,0	34,0
Não	43,0	45,0	45,0	32,0	41,0
Não Opina	10,0	11,0	19,0	29,0	18,0
Não sabe	6,0	6,0	7,0	9,0	7,0

Fonte: Fundo IBOPE/ Pesquisas Especiais/ MR 0271/ PE 037/ 1961/ Vol. 3, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL- Unicamp)

Notas: * Para informações sobre datas de realização e amostra das pesquisas, ver Apêndice A. A pergunta específica feita aos entrevistados foi: "O senhor acha que o regime de Fidel Castro representa uma ameaça para o resto do Continente?"

Essa aparente mudança ocorrida na opinião pública carioca e paulistana entre janeiro e março de 1961 também pode ser vista quando se analisam as subcategorias socioeconômicas e de grau de instrução (tabela 7). Apesar de as classes de maior renda e maior grau de instrução continuarem a liderar no Rio de Janeiro os grupos que

enxergavam Cuba como uma ameaça, o percentual daqueles de opinião distinta dentro desses subgrupos em São Paulo foi superior. Aqui, por exemplo, a maioria dos membros das classes A e B não enxergavam Cuba como uma ameaça para o Brasil (43% e 45%, respectivamente).

Tabela 8 - Opinião pública em cidades brasileiras selecionadas sobre o governo de Fidel Castro representar uma ameaça ao continente, Rio de Janeiro e São Paulo, por grau de instrução, Março de 1961 (em %)*

	Rio de Janeiro		
	Primária	Secundária	Superior
Sim	26,0	40,0	44,0
Não	36,0	44,0	47,0
Não Opina	27,0	8,0	4,0
Não sabe	11,0	8,0	5,0
	São Paulo		
	Primária	Secundária	Superior
Sim	30,0	37,0	48,0
Não	40,0	45,0	42,0
Não Opina	23,0	9,0	8,0
Não sabe	7,0	9,0	2,0

Fonte: Fundo IBOPE/ Pesquisas Especiais/ MR 0271/ PE 037/ 1961/ Vol. 3, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-Unicamp)

Notas: * Para informações sobre datas de realização e amostra das pesquisas, ver Apêndice A. A pergunta específica feita aos entrevistados foi: "O senhor acha que o regime de Fidel Castro representa uma ameaça para o resto do Continente?"

Em termos de grau de instrução, teve-se processo semelhante. Diferentemente do que ocorrera em janeiro de 1961, dois meses depois observa-se que o número de entrevistados com grau superior que não enxergava o regime castrista como uma ameaça ao continente havia atingido níveis significativos – no caso do Rio de Janeiro,

por exemplo, chegou até a superar, por pequena margem (47% a 44%), aqueles que tinham opinião contrária nesse sentido (tabela 8). Um outro fator interessante a ser destacado nessa pesquisa de março de 1961 é a redução no número de pessoas que não souberam opinar. Na categoria socioeconômica isso pode ser observado em todas as classes, enquanto no grau de instrução isso também foi perceptível em todos os níveis, apesar de as maiores reduções terem ocorrido nos menores graus de instrução.

Uma outra questão particularmente valiosa para nós foi realizada pela Pesquisa Especial de número 37, também realizada em março de 1961. Essa pesquisa verbalizou de modo preciso aquilo que consideramos ser próximo ao ideal para identificar o apoio da opinião pública à decisão do governo brasileiro na Conferência de Punta del Este. Paulistanos e cariocas foram perguntados se seriam “favoráveis ou contrários” a uma possível participação do Brasil em uma “ação conjunta” dos países americanos contra Cuba. Como se vê, seria exatamente esse o ponto que estaria em questão em Punta del Este em janeiro de 1962, e sobre o qual o governo brasileiro se oporia. A maioria dos entrevistados – que não se constituiu, porém, em maioria absoluta – foi contrária à participação do Brasil em ações coletivas contra Cuba: 47% em São Paulo e 44% no Rio de Janeiro.⁷⁹ Além disso, essa tendência pode ser observada em todos os recortes realizados pelo IBOPE em ambas as cidades. Para essa questão, assinala-se ainda que o número daqueles que não souberam ou não opinaram se manteve, majoritariamente, abaixo dos 20%. Em todos os substratos, conforme apresentado na tabela 9, percebe-se como o número daqueles contrários a essa participação do Brasil foi substancial.

⁷⁹ Fundo IBOPE, Pesquisas Especiais, MR 0271, PE 037, 1961, Vol. 3.

Tabela 9 - Opinião pública em cidades brasileiras selecionadas sobre a participação do governo brasileiro em uma ação conjunta contra Cuba, Rio de Janeiro e São Paulo, por substrato, Março de 1961 (em %)*

		Contrário	
		São Paulo	Rio de Janeiro
Sexo	Masculino	50,0	49,0
	Feminino	42,0	38,0
Grau de Instrução	Superior	49,0	46,0
	Secundário	52,0	53,0
	Primário	45,0	38,0
Categoria Sócio-Econômica	Classe A	45,0	51,0
	Classe B	52,0	50,0
	Classe C	51,0	46,0
	Classe D	37,0	35,0

Fonte: Fundo IBOPE/ Pesquisas Especiais/ MR 0273/ PE 042/ 1962/ Vol. 3, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-Unicamp)

Notas: * Para informações sobre datas de realização e amostra das pesquisas, ver Apêndice A. A pergunta específica feita aos entrevistados foi: "Tem-se falado na necessidade de mover uma ação conjunta de países americanos contra o regime de Fidel Castro. O Sr(a) é favorável ou contrário a que o Brasil participe dessa ação conjunta?"

Algo importante a ser observado nesses percentuais é o fato de que os grupos de classe média e aqueles portadores de educação secundária foram os que mais se opuseram à participação do Brasil em uma ação conjunta contra o regime de Castro. Apesar de essa pesquisa ter sido feita quase um ano antes da Conferência, é plausível supor que sua tendência tenha sido mantida, chegando-se aos resultados pró-neutralidade da política externa brasileira em janeiro e fevereiro de 1962 antes analisados (tabelas 1 a 3). Essa hipótese é reforçada pelo fato de que o IBOPE

realizaria no estado da Guanabara uma outra pesquisa na primeira quinzena de junho de 1962, na qual perguntaria aos entrevistados se eles achavam que a política externa que vinha sendo adotada pelo Brasil estaria certa ou errada.⁸⁰ A essa questão 40% dos entrevistados responderam que acreditavam estar correta a política externa brasileira, enquanto os que acreditavam estar errada ficaram em 20%. Aqueles que não opinaram somaram 40%.

Assim, nota-se, por meio de todas as pesquisas realizadas, que esses valores revelam uma realidade diferente daquela apresentada pela literatura. Ressalta-se que a Pesquisa Especial 36 de janeiro de 1961 apresenta um cenário claro de polarização; entretanto, ao longo do tempo essa polarização parece ter se resolvido em um quadro favorável à Política Externa Independente. Dessa maneira, o que se percebe é, de um lado, uma relevante percepção de ameaça do regime cubano; mas, do outro, um grande apoio da população à neutralidade do país, à retomada de relações diplomáticas com a União Soviética e um pequeno apoio à participação brasileira em uma ação conjunta contra Cuba.

Conforme observado nas pesquisas, há um percentual considerável de entrevistados que consideravam o regime de Fidel uma ameaça ao continente. Essa percepção de ameaça, entretanto, não diminuiu o apoio da população à política de neutralidade do governo, como percebe-se nas pesquisas do IBOPE (no qual os percentuais a favor da neutralidade se mantiveram acima dos 50%) e nos valores do relatório *The Economic and Political Climate of Opinion*, no qual 56% daqueles que opinaram eram favoráveis à neutralidade (Loureiro, Guimarães e Schor 2016, 110). Esse apoio à neutralidade do Brasil em relação à Cuba também pode ser observado quando os entrevistados pelo IBOPE se mostram a favor da retomada das relações

⁸⁰ Fundo IBOPE, Pesquisas Especiais, MR 0273, PE 042, 1962, Vol. 3.

diplomáticas com Moscou e contrários à participação do Brasil em uma ação coletiva contra Cuba.

Já em relação aos periódicos analisados na seção anterior percebem-se diversas semelhanças entre os mesmos e essas pesquisas de opinião. Além da apreensão em relação ao comunismo, que pôde ser observado na pesquisa 36 e a condenação de posicionamentos mais radicais por parte do regime cubano, como a expropriação de empresas norte-americanas e o fuzilamento de cidadãos norte-americanos, observa-se que ambos indicam um apoio mais significativo à política de neutralidade e um menor grau de polarização – apesar de esta existir, da mesma forma que existia, por exemplo, entre os jornais *O Estado de São Paulo* e *Última Hora* com relação a vários temas, sobretudo à percepção sobre o regime castrista e ao apoio à atuação brasileira em Punta del Este. Dessa forma, pode-se concluir que os resultados encontrados na análise dos periódicos selecionados, que se pretenderam uma amostra representativa das diversas opiniões da sociedade no período, são bastante similares àqueles das pesquisas de opinião.

4. Conclusão

A análise das reportagens coletadas nos jornais *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora* indicou um processo de polarização da opinião publicada mais multifacetado e menos intenso do que aquele indicado pela literatura. Ao invés de uma polarização generalizada sobre diversos temas de política externa brasileira, notadamente no que se referiram à Conferência de Punta del Este de janeiro de 1962, percebemos, em primeiro lugar, um maior apoio à política de neutralidade pelos jornais representativos das correntes moderada e progressista da opinião publicada. Além disso, a despeito da clara divergência entre os jornais, não pudemos situar todos dentro das correntes de opinião apresentadas por estudiosos. O que notamos foi um grande distanciamento entre os jornais *O Estado de São Paulo* e *Última Hora*, estando o *Jornal do Brasil* localizado no meio dos dois. Apesar dessas dissonâncias, encontramos dois pontos comuns aos três: a oposição ao comunismo e a satisfação com os resultados da Conferência. Mesmo que por motivos diversos os jornais concordavam que o resultado alcançado na Conferência de Punta del Este teria sido positivo.

As pesquisas realizadas pelo IBOPE demonstram ainda mais claramente uma realidade diferente daquela desenhada pela literatura. Embora uma das pesquisas (Pesquisa Especial 36) tenha indicado um cenário de polarização com relação à linha de política externa que iria ser adotada pelo Brasil, observamos o que parece ter sido a dissolução dessa polarização para uma situação favorável à Política Externa Independente ao longo de 1961 e no início de 1962, momento da realização da Conferência de Punta del Este. A saliente percepção do regime de Fidel Castro como uma ameaça ao continente, contudo, não diminuiu o apoio da população à política de

neutralidade e à retomada de relações diplomáticas com a União Soviética. Tampouco aumentou a adesão à participação do Brasil em uma ação conjunta contra Cuba. O apoio da opinião pública brasileira a essas políticas, independente do receio diante do regime comunista, pode ser extrapolado para um apoio da população à Política Externa Independente.

Ao confrontar a análise das notícias dos jornais selecionados com as pesquisas de opinião do IBOPE percebemos, portanto, resultados semelhantes. Destaca-se ainda a existência de dois fatores em comum às pesquisas e aos três jornais: a contrariedade ao comunismo e às ações mais radicais de Fidel Castro. O fuzilamento de cidadãos norte americanos e a expropriação de bens de empresas norte americanas por parte do governo cubano pôde ser observado como algo negativo tanto nas pesquisas quanto nos jornais. Além disso, percebemos uma grande similaridade entre os resultados dos jornais e das pesquisas, ambos apontando para um expressivo apoio da população à política neutralidade e um grau de polarização, mesmo que existente, deveras menor. Nesse sentido, concluímos que os resultados da análise dos periódicos – nossa *proxy* de “opinião publicada” no Brasil do início dos anos 1960 – pode ser entendida como próxima à fotografia da opinião pública do período.

Esta dissertação analisou a questão da atuação brasileira na Conferência de Punta del Este como forma de reflexão sobre a relação entre opinião pública e política externa no período Goulart. Esse foi um período fundamental para a política externa brasileira, de maneira que compreender a forma como a opinião pública teria recebido as diretrizes da PEI em um de seus episódios mais cruciais é relevante não somente porque lança luz sobre movimentações atuais da opinião pública, como também porque poucos autores tinham discorrido sobre o tema até então. Assim, este trabalho buscou contribuir com a literatura de opinião pública e política externa apresentando

uma nova abordagem para essa questão. Valendo-se de uma análise de conteúdo, o estudo analisou duas parcelas da opinião pública pouco exploradas. Por fim, quanto aos resultados encontrados, além de lançarem uma nova perspectiva sobre a questão, demonstram uma realidade diferente daquela descrita pela literatura existente, revelando um relevante apoio às medidas adotadas pelo governo.

Referências

Arquivos e bibliotecas

Arquivo Edgard Leuenroth, Universidade Estadual de Campinas (AEL-UNICAMP), Campinas, SP

Fundo IBOPE PE 001-190, microfilmes IBOPE MR/253-MR/330

Biblioteca Nacional Digital, Hemeroteca Digital

Periódicos (com abreviatura em parêntesis e acervo em colchete)

O Estado de São Paulo (OESP), nov. 1961 – mar. 1962 [Acervo OESP]

Jornal do Brasil (JB), nov. 1961 – mar. 1962 [Hemeroteca Digital]

Última Hora (UH), nov. 1961 – mar. 1962 [Hemeroteca Digital]

Referências Bibliográficas

AKOR, Ambrose. *The Media, Public Opinion and British Foreign Policy*. The University of Manchester, Ph.D., 2011.

AMOROSO LIMA, Alceu. *A Posição do Brasil em Punta del Este*. Revista Brasileira de Política Internacional. (1962) ano V, No. 17, Rio de Janeiro: Instituto de Relações Internacionais, pp. 5-16.

AVILA, Carlos F. D. *A Conferência de Punta del Este cinquenta anos depois: um estudo da VIII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Américas* (1962). Vol. 6, No. 1, (jan.-jun., 2011) pp. 53-66.

AZEVEDO, Arthur S. *Conflito, Argumento e Negociação: San Tiago Dantas e a Conferência de Punta del Este, 1962*. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

BANDEIRA, Moniz. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami. *Alfabetização por sexo e raça no Brasil: um modelo linear generalizado para explicar a evolução no período 1940-2000*. IPEA, Rio de Janeiro, 2003.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

COLISTETE, Renato. *Trade Unions and the ICFTU in the age of developmentalism in Brazil, 1953-1962*, Hispanic American Historical Review, Vol. 92, No. 4 (2012), pp. 669-701.

DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

DURANT, Henry. *Public Opinion, Polls and Foreign Policy* . The British Journal of Sociology, Vol. 6, No. 2 (Jun., 1955), pp. 149-158.

FARIA, Carlos. A. P. de. *Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil*. Revista Brasileira de Política Internacional, Vol 51, Iss 2, Pp 80-97, 2008.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart. Uma biografia*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2011.

_____ e **GOMES**, Ângela de Castro (orgs). *Jango. Múltiplas faces*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2007.

FOYLE, Douglas. C. *Public Opinion and Foreign Policy: Elite Beliefs as a Mediating Variable*. International Studies Quarterly, Vol. 41, No. 1 (Mar., 1997), pp. 141-169.

_____, Douglas. C. *Counting the Public In: Presidents, Public Opinion and Foreign Policy*. Nova Iorque: Columbia Press University, 1999, 369p.

FRANZOSI, Roberto. *The Press as a Source: Issues in the Methodology of Data Collection from Newspapers*. Historical Methods, Winter 1987, Volume 20, Number 1.

HOSLTI, Ole. *Public Opinion and American Foreign Policy*. Michigan: The University of Michigan Press, 2004, 378p.

LAULICHT, Jerome. *Public Opinion and Foreign Policy Decisions* . Journal of Peace Research, Vol. 2, No. 2 (1965), pp. 147-160.

LOUREIRO, Felipe P. *Strikes in Brazil during the Government of João Goulart (1961 - 1964)*. Taylor & Francis, Vol. 41, No. 1 (2016), pp. 76-94.

_____, Felipe (2017). *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart*. São Paulo: Unesp (no prelo).

LOUREIRO, Felipe; **GUIMARÃES**, Feliciano; **SCHOR**, Adriana. *Opinião pública e política externa no Brasil de João Goulart (1961-1964): coerência entre percepções de políticas nacional e internacional?* Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 58, No 2 (2015), pp. 98-118.

MANZUR, Tania M. P. G. *Opinião Pública e Política Exterior do Brasil (1961-1964)*. Curitiba: Juruá Editora, 2009, 305p.

_____, Tania M. P. G. *A Política Externa Independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio*. Lua Nova, São Paulo, 93: 169-199, 2014.

MARTINI, Silvia R. M. *O IBOPE, a opinião pública e o senso comum dos anos 50: hábitos, preferências, comportamentos e valores dos moradores dos grandes centros*

urbanos (Rio de Janeiro e São Paulo). 2011. Tese. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

MOTTA, Rodrigo P. S. *O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião*. Tempo, vol. 20, Niterói, Jan 13, 2015.

NETO, Hélio F. *A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962*. Revista Brasileira de Política Internacional, Vol 48, Iss 2, Pp 129-151, 2005.

NINCIC, Miroslav. *A Sensible Public: New Perspectives on Popular Opinion and Foreign Policy*. The Journal of Conflict Resolution, Vol. 36, No. 4 (Dec., 1992), pp. 772-789.

PRADO JR., Caio. *A Conferência de Punta del Este*. Revista Brasiliense. No. 37, 1961, pp. 09-17.

PUTNAM, Robert. *Diplomacy and domestic policy: the logic of two-level games*. International Organization 42, 3, Summer, 1988.

QUADROS, Jânio. *A Nova Política Externa do Brasil*. Revista Brasileira de Política Internacional. Rio de Janeiro: IBRI, a. IV, No 16, 1961: 150-156.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Marcelo M. C. de. *O Analfabetismo no Brasil sob o Enfoque Demográfico*. IPEA, Brasília, 1999.

STORRS, Keith. *Brazil's Independent Foreign Policy, 1961-1964: Background, Tenets, Linkage to Domestic Politics, and Aftermath*. Cornell University, Ph.D., 1973.

WEAVER, Micheal E. *The Relationship between Diplomacy and Military Force: An Example from the Cuban Missile Crisis*. Diplomatic History, 38 (1), 2014: 137-181.

WEIS, Michael. 2001. "The Twilight of Pan-Americanism: The Alliance for Progress, Neo-Colonialism, and Non-Alignment in Brazil, 1961-1964." *The International History Review* 23 (2): 322-44.

YOUNGER, Kenneth. Public Opinion and Foreign Policy . The British Journal of Sociology, Vol. 6, No. 2 (Jun., 1955), pp. 169-175.

Referências Eletrônicas

ABEP. *História da pesquisa no Brasil*. Disponível em <<http://www.abep.org/historia-da-pesquisa/primeiras-empresas-pesquisa>>. Acesso em 18/07/2016.

CPDOC. *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)*. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tratado-interamericano-de-assistencia-reciproca-tiar>>. Acesso em 25/07/2016.

OEA. *Ata final da VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores*. Disponível em: < <https://www.oas.org/columbus/docs/MRE8Port.pdf>>, Acesso em 02/08/2016.

Apêndice

Tabela A1 –Variáveis de opinião publicada extraídas do jornal *O Estado de São Paulo*, nov. 1961 – março 1962.

	Total					
	Sim/Positivo		Período total - 234 reportagens		Indefinido	
		%	Não/Negativo	%		%
I. Unidades de análise						
<i>a. Notícia sobre Conferência Punta del Este</i>	115	49%	119	51%	-	-
a1. Capa	67	29%	167	71%	-	-
a2. Miolo	115	49%	119	51%	-	-
<i>b. Editorial sobre Conferência Punta del Este (Jornal/Soc. Civil)</i>	54	23%	180	77%	-	-
b1. Jornal	34	15%	199	85%	-	-
b2. Sociedade Civil	20	9%	214	91%	-	-
<i>c. Posição na página</i>						
c1. Metade superior	175	75%	59	25%	-	-
c2. Metade inferior	59	25%	175	75%	-	-
II. Variáveis						
<i>a. Pessoas</i>						
a1. San Tiago Dantas						
a1.1. Citado	76	32%	158	68%	-	-
a1.2. Adjetivação pessoa	4	2%	230	98%	-	-
a1.2.1.Total	1	25%	3	75%	0	0%
a1.3. Adjetivação ato/posição/ideia	62	26%	172	74%	-	-
a1.3.1. Total	4	6%	48	77%	10	16%
a1.4. Citação direta	23	10%	-	-	-	-

Fonte: *O Estado de São Paulo*, novembro 1961 – março 1962.

Tabela A1 –Variáveis de opinião publicada extraídas do jornal *O Estado de São Paulo*, nov. 1961 – março 1962 (cont).

a2. João Goulart						
a2.1. Citado	10	4%	224	96%	-	-
a2.2. Adjetivação pessoa	1	0%	233	100%	-	-
a2.2.1.Total	0	0%	1	100%	0	0%
a2.3. Adjetivação ato/posição/ideia	4	2%	230	98%	-	-
a2.3.1. Total	0	0%	4	100%	0	0%
a2.4. Citação direta	0	0%	-	-	-	-
a3. Fidel Castro						
a3.1. Citado	103	44%	131	56%	-	-
a3.2. Adjetivação pessoa	16	7%	217	93%	-	-
a3.2.1.Total	0	0%	16	100%	0	0%
a3.3. Adjetivação ato/posição/ideia	95	41%	139	59%	-	-
a3.3.1. Total	1	1%	93	98%	1	1%
a3.4. Citação direta	16	7%	-	-	-	-
a4. Che Guevara						
a4.1. Citado	3	1%	231	99%	-	-
a4.2. Adjetivação pessoa	1	0%	233	100%	-	-
a4.2.1.Total	0	0%	1	0%	0	0%
a4.3. Adjetivação ato/posição/ideia	1	0%	233	100%	-	-
a4.3.1. Total	0	0%	1	100%	0	0%
a4.4. Citação direta	1	0%	-	-	-	-
a5. John Kennedy						
a5.1. Citado	30	13%	204	87%	-	-
a5.2. Adjetivação pessoa	1	0%	233	100%	-	-
a1.2.1.Total	1	100%	0	0%	0	0%
a5.3. Adjetivação ato/posição/ideia	18	8%	216	92%	-	-
a5.3.1. Total	17	94%	1	6%	0	0%
a5.4. Citação direta	6	3%	-	-	-	-

Fonte: *O Estado de São Paulo*, novembro 1961 – março 1962.

Tabela A1 –Variáveis de opinião publicada extraídas do jornal *O Estado de São Paulo*, nov. 1961 – março 1962 (cont).

a6. Dean Rusk						
a6.1. Citado	46	20%	188	80%	-	-
a6.2. Adjetivação pessoa	2	1%	232	99%	-	-
a6.2.1. Total	2	100%	0	0%	0	0%
a6.3. Adjetivação ato/posição/ideia	40	17%	194	83%	-	-
a6.3.1. Total	38	95%	2	5%	0	0%
a6.4. Citação direta	12	5%	-	-	-	-
<i>b. Países</i>						
b1. Brasil						
b1.1. Citado	114	49%	120	51%	-	-
b1.2. Adjetivação ato/posição	96	41%	138	59%	-	-
b1.2.1. Total	5	5%	81	84%	10	10%
b2. Estados Unidos						
b2.1. Citado	96	41%	138	59%	-	-
b2.2. Adjetivação ato/posição	82	35%	152	65%	-	-
b2.2.1. Total	73	89%	8	10%	1	1%
b3. Cuba						
b3.1. Citado	197	84%	37	16%	-	-
b3.2. Adjetivação ato/posição	182	78%	52	22%	-	-
b3.2.1. Total	2	1%	179	98%	1	1%
b4. Outros						
b4.1. Citado	133	57%	101	43%	-	-
b4.2. Adjetivação ato/posição	118	50%	116	50%	-	-
b4.2.1. Total	41	35%	17	14%	60	51%

Fonte: *O Estado de São Paulo*, novembro 1961 – março 1962.

Tabela A1 –Variáveis de opinião publicada extraídas do jornal *O Estado de São Paulo*, nov. 1961 – março 1962 (cont).

<i>c. Conferência</i>						
<i>c.1 Convocação da Conferência</i>						
c1.1. Citada	41	18%	193	82%	-	-
c1.2. Adjetivação	28	12%	206	88%	-	-
c1.2.1. Total	27	96%	0	0%	1	4%
<i>c.2 Conferência</i>						
c2.1. Citada	130	56%	104	44%	-	-
c2.2. Adjetivação	65	28%	168	72%	-	-
c2.2.1. Total	53	82%	9	14%	3	5%
<i>c.3 Resultado</i>						
c3.1. Citado	45	19%	189	81%	-	-
c3.2. Adjetivação	45	19%	189	81%	-	-
c3.2.1. Total	35	78%	9	20%	1	2%

Fonte: *O Estado de São Paulo*, novembro 1961 – março 1962.

Tabela A2 – Variáveis de opinião publicada extraídas do *Jornal do Brasil*, nov. 1961 – março 1962.

	Total					
	Sim/Positivo		Período total - 181 reportagens		Indefinido	
		%	Não/Negativo	%		%
I. Unidades de análise						
<i>a. Notícia sobre Conferência Punta del Este</i>	131	72%	50	28%	-	-
a1. Capa	30	17%	151	83%	-	-
a2. Miolo	118	65%	63	35%	-	-
<i>b. Editorial sobre Conferência Punta del Este (Jornal/Soc. Civil)</i>	33	18%	148	82%	-	-
b1. Jornal	28	15%	153	85%	-	-
b2. Sociedade Civil	5	3%	176	97%	-	-
<i>c. Posição na página</i>						
c1. Metade superior	131	72%	50	28%	-	-
c2. Metade inferior	50	28%	131	72%	-	-
II. Variáveis						
<i>a. Pessoas</i>						
a1. San Tiago Dantas						
a1.1. Citado	68	38%	113	62%	-	-
a1.2. Adjetivação pessoa	4	2%	177	98%	-	-
a1.2.1.Total	4	100%	0	0%	0	0%
a1.3. Adjetivação ato/posição/ideia	48	27%	133	73%	-	-
a1.3.1. Total	46	96%	2	4%	0	0%
a1.4. Citação direta	12	7%	-	-	-	-

Fonte: *Jornal do Brasil*, novembro 1961 – março 1962

Tabela A2 –Variáveis de opinião publicada extraídas do *Jornal do Brasil*, nov. 1961 – março 1962 (cont).

a2. João Goulart						
a2.1. Citado	9	5%	172	95%	-	-
a2.2. Adjetivação pessoa	0	0%	181	100%	-	-
a2.2.1.Total	0	0%	0	0%	0	0%
a2.3. Adjetivação ato/posição/ideia	6	3%	175	97%	-	-
a2.3.1. Total	6	100%	0	0%	0	0%
a2.4. Citação direta	1	1%	-	-	-	-
a3. Fidel Castro						
a3.1. Citado	68	38%	113	62%	-	-
a3.2. Adjetivação pessoa	5	3%	176	97%	-	-
a3.2.1.Total	0	0%	5	100%	0	0%
a3.3. Adjetivação ato/posição/ideia	64	35%	117	65%	-	-
a3.3.1. Total	0	0%	63	98%	1	2%
a3.4. Citação direta	3	2%	-	-	-	-
a4. Che Guevara						
a4.1. Citado	2	1%	179	99%	-	-
a4.2. Adjetivação pessoa	0	0%	181	100%	-	-
a4.2.1.Total	0	0%	0	0%	0	0%
a4.3. Adjetivação ato/posição/ideia	1	1%	180	99%	-	-
a4.3.1. Total	0	0%	1	100%	0	0%
a4.4. Citação direta	0	0%	-	-	-	-
a5. John Kennedy						
a5.1. Citado	25	14%	156	86%	-	-
a5.2. Adjetivação pessoa	1	1%	180	99%	-	-
a1.2.1.Total	1	100%	0	0%	0	0%
a5.3. Adjetivação ato/posição/ideia	13	7%	168	93%	-	-
a5.3.1. Total	7	54%	6	46%	0	0%
a5.4. Citação direta	1	1%	-	-	-	-

Fonte: *Jornal do Brasil*, novembro 1961 – março 1962.

Tabela A2 –Variáveis de opinião publicada extraídas do *Jornal do Brasil*, nov. 1961 – março 1962 (cont).

a6. Dean Rusk						
a6.1. Citado	36	20%	145	80%	-	-
a6.2. Adjetivação pessoa	1	1%	180	99%	-	-
a6.2.1. Total	1	100%	0	0%	0	0%
a6.3. Adjetivação ato/posição/ideia	25	14%	156	86%	-	-
a6.3.1. Total	12	48%	11	44%	2	8%
a6.4. Citação direta	4	2%	-	-	-	-
b. Países						
b1. Brasil						
b1.1. Citado	123	68%	58	32%	-	-
b1.2. Adjetivação ato/posição	113	62%	68	38%	-	-
b1.2.1. Total	107	95%	2	2%	4	4%
b2. Estados Unidos						
b2.1. Citado	78	43%	103	57%	-	-
b2.2. Adjetivação ato/posição	66	36%	115	64%	-	-
b2.2.1. Total	30	45%	32	48%	4	6%
b3. Cuba						
b3.1. Citado	147	81%	34	19%	-	-
b3.2. Adjetivação ato/posição	118	65%	63	35%	-	-
b3.2.1. Total	2	2%	112	95%	4	3%
b4. Outros						
b4.1. Citado	112	62%	69	38%	-	-
b4.2. Adjetivação ato/posição	95	52%	86	48%	-	-
b4.2.1. Total	56	59%	11	12%	28	29%

Fonte: *Jornal do Brasil*, novembro 1961 – março 1962.

Tabela A2 –Variáveis de opinião publicada extraídas do *Jornal do Brasil*, nov. 1961 – março 1962 (cont).

<i>c. Conferência</i>						
<i>c.1 Convocação da Conferência</i>						
c1.1. Citada	44	24%	137	76%	-	-
c1.2. Adjetivação	25	14%	156	86%	-	-
c1.2.1. Total	7	28%	16	64%	2	8%
<i>c.2 Conferência</i>						
c2.1. Citada	102	56%	79	44%	-	-
c2.2. Adjetivação	56	31%	125	69%	-	-
c2.2.1. Total	40	71%	12	21%	3	5%
<i>c.3 Resultado</i>						
c3.1. Citado	19	10%	162	90%	-	-
c3.2. Adjetivação	13	7%	168	93%	-	-
c3.2.1. Total	7	54%	6	46%	0	0%

Fonte: *Jornal do Brasil*, novembro 1961 – março 1962.

Tabela A3 –Variáveis de opinião publicada extraídas do jornal *Última Hora*, nov. 1961 – março 1962.

	Total					
	Sim/Positivo		Período total - 83 reportagens		Indefinido	
		%	Não/Negativo	%		%
I. Unidades de análise						
<i>a. Notícia sobre Conferência Punta del Este</i>	72	87%	11	13%	-	-
a1. Capa	17	20%	66	80%	-	-
a2. Miolo	66	80%	17	20%	-	-
<i>b. Editorial sobre Conferência Punta del Este (Jornal/Soc. Civil)</i>	0	0%	83	100%	-	-
b1. Jornal	0	0%	83	100%	-	-
b2. Sociedade Civil	0	0%	83	100%	-	-
<i>c. Posição na página</i>						
c1. Metade superior	55	66%	28	34%	-	-
c2. Metade inferior	28	34%	55	66%	-	-
II. Variáveis						
<i>a. Pessoas</i>						
a1. San Tiago Dantas						
a1.1. Citado	42	51%	41	49%	-	-
a1.2. Adjetivação pessoa	2	2%	81	98%	-	-
a1.2.1.Total	2	100%	0	0%	0	0%
a1.3. Adjetivação ato/posição/ideia	34	41%	49	59%	-	-
a1.3.1. Total	34	100%	0	0%	0	0%
a1.4. Citação direta	6	7%	-	-	-	-

Fonte: *Última Hora*, novembro 1961 – março 1962.

Tabela A3 –Variáveis de opinião publicada extraídas do jornal *Última Hora*, nov. 1961 – março 1962 (cont).

a2. João Goulart						
a2.1. Citado	8	10%	75	90%	-	-
a2.2. Adjetivação pessoa	0	0%	83	100%	-	-
a2.2.1.Total	0	0%	83	100%	0	0%
a2.3. Adjetivação ato/posição/ideia	6	7%	77	93%	-	-
a2.3.1. Total	6	100%	0	0%	0	0%
a2.4. Citação direta	0	0%	-	-	-	-
a3. Fidel Castro						
a3.1. Citado	11	13%	72	87%	-	-
a3.2. Adjetivação pessoa	0	0%	83	100%	-	-
a3.2.1.Total	0	0%	83	100%	0	0%
a3.3. Adjetivação ato/posição/ideia	7	8%	76	92%	-	-
a3.3.1. Total	5	71%	2	29%	0	0%
a3.4. Citação direta	0	0%	-	-	-	-
a4. Che Guevara						
a4.1. Citado	0	0%	83	100%	-	-
a4.2. Adjetivação pessoa	0	0%	83	100%	-	-
a4.2.1.Total	0	0%	83	100%	0	0%
a4.3. Adjetivação ato/posição/ideia	0	0%	83	100%	-	-
a4.3.1. Total	0	0%	83	100%	0	0%
a4.4. Citação direta	0	0%	-	-	-	-
a5. John Kennedy						
a5.1. Citado	6	7%	77	93%	-	-
a5.2. Adjetivação pessoa	0	0%	83	100%	-	-
a5.2.1.Total	0	0%	83	100%	0	0%
a5.3. Adjetivação ato/posição/ideia	4	5%	79	95%	-	-
a5.3.1. Total	0	0%	4	100%	0	0%
a5.4. Citação direta	0	0%	-	-	-	-

Fonte: *Última Hora*, novembro 1961 – março 1962.

Tabela A3 –Variáveis de opinião publicada extraídas do jornal *Última Hora*, nov. 1961 – março 1962 (cont).

a6. Dean Rusk						
a6.1. Citado	14	17%	69	83%	-	-
a6.2. Adjetivação pessoa	0	0%	83	100%	-	-
a6.2.1. Total	0	0%	83	100%	0	0%
a6.3. Adjetivação ato/posição/ideia	11	13%	72	87%	-	-
a6.3.1. Total	2	18%	9	82%	0	0%
a6.4. Citação direta	2	2%	-	-	-	-
<i>b. Países</i>						
b1. Brasil						
b1.1. Citado	53	64%	30	36%	-	-
b1.2. Adjetivação ato/posição	46	55%	37	45%	-	-
b1.2.1. Total	46	100%	0	0%	0	0%
b2. Estados Unidos						
b2.1. Citado	25	30%	58	70%	-	-
b2.2. Adjetivação ato/posição	24	29%	59	71%	-	-
b2.2.1. Total	3	13%	21	88%	0	0%
b3. Cuba						
b3.1. Citado	62	75%	21	25%	-	-
b3.2. Adjetivação ato/posição	34	41%	49	59%	-	-
b3.2.1. Total	19	56%	13	38%	2	2%
b4. Outros						
b4.1. Citado	41	49%	42	51%	-	-
b4.2. Adjetivação ato/posição	38	46%	45	54%	-	-
b4.2.1. Total	16	42%	13	34%	9	11%

Fonte: *Última Hora*, novembro 1961 – março 1962.

Tabela A3 –Variáveis de opinião publicada extraídas do jornal *Última Hora*, nov. 1961 – março 1962 (cont).

<i>c. Conferência</i>						
<i>c.1 Convocação da Conferência</i>						
c1.1. Citada	30	36%	53	64%	-	-
c1.2. Adjetivação	19	23%	64	77%	-	-
c1.2.1. Total	1	5%	18	95%	0	0%
<i>c.2 Conferência</i>						
c2.1. Citada	29	35%	54	65%	-	-
c2.2. Adjetivação	16	19%	67	81%	-	-
c2.2.1. Total	0	0%	16	100%	0	0%
<i>c.3 Resultado</i>						
c3.1. Citado	13	16%	70	84%	-	-
c3.2. Adjetivação	8	10%	75	90%	-	-
c3.2.1. Total	8	100%	0	0%	0	0%

Fonte: *Última Hora*, novembro 1961 – março 1962.

Tabela A4 – Lista com as notações das pesquisas do IBOPE

Data	Local	Número entrevistados	Referência AEL
Segunda quinzena de Janeiro de 1961	Cidades do Rio de Janeiro e São Paulo	1336 - Rio de Janeiro/ 948 - São Paulo	Fundo IBOPE - Pesquisas Especiais - MR 0271 - PE 036 - 1961 - Vol 2
12 a 24 de março de 1961	Cidades do Rio de Janeiro e São Paulo	1180 - Rio de Janeiro/ 1120 - São Paulo	Fundo IBOPE - Pesquisas Especiais - MR 0271 - PE 037 - 1961 - Vol 3
Fevereiro, Março e Abril de 1962	Cidade de São Paulo	500 junto a comerciários	Fundo IBOPE - Pesquisas Especiais - MR 0272 - PE 040 - 1962 - Vol 1
Semana de 12 a 19 de Janeiro de 1962	Cidade do Rio de Janeiro	Não informado	Fundo IBOPE - Pesquisas Especiais - MR 0273 - PE 042 - 1962 - Vol 3
18 a 26 de Janeiro de 1962	Cidade de São Paulo	1000 junto a eleitores	Fundo IBOPE - Pesquisas Especiais - MR 0273 - PE 043 - 1962 - Vol 4
31 de Janeiro a 6 de Favereiro de 1962	Cidade de Brasília	502	Fundo IBOPE - Pesquisas Especiais - MR 0274 - PE 048 - 1962 - Vol 9

Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo IBOPE.

Tabela A5 – Lista de adjetivos encontrados nas reportagens.

Negativos	Positivos	Ambíguos	Como interpretamos
Arenga	Coerente	Comunista	Negativo
Desastrosas	Construtiva	Enérgico	Positivo
Desertor	Excepcional	Intransigente	Positivo
Despreparado	Perfeita	Pungente	Negativo
Destemperos	Salvadoras	Revolucionários	Negativo
Ditador	Sensacional		
Dúbios			
Estúpida			
Grotescos			
Inaceitável			
Inconveniente			
Insólita			
Insustentável			
Leviandade			
Maliciosa			
Málogro			
Medíocre			
Perniciosa			
Prepotente			
Pseudo-revolucionário			
Psicopática			
Repugnante			
Saturado			
Sombria			
Tirania			
Títere			
Violenta			
Virulentos			
Vulgares			

Fonte: *O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, Última Hora*, novembro 1961 – março 1962.